

# PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 35 | Dezembro 2005



Floresta do Pinhal Interior Sul (2005) / Pinhal Maior



Pinhal Maior  
**Pinhal  
Interior Sul**

P 12 Um fim-de-semana no Pinhal Interior Sul

P 4 e 5 Entrevista a Rui Nobre Gonçalves

P 15 Colóquio Internacional de Palmela

P 18 Seminário "Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013"

# A floresta

A floresta é um património colectivo de valor incalculável. Ela constitui uma reserva natural e biológica, é fundamental na produção de oxigénio, permite uma forte absorção e retenção do carbono e, portanto, a fixação de gases com efeito de estufa, e é fundamental na protecção dos solos e dos recursos hídricos. Ocupando cerca de 38 por cento do território do Continente, a floresta portuguesa produz diversos produtos lenhosos que suportam as fileiras industriais da pasta e do papel, da cortiça, do aglomerado e do mobiliário, e contribui com 3,2 por cento do PIB e 11 por cento do PIB industrial, envolvendo um emprego directo e indirecto de cerca de 260 mil postos de trabalho em todos os elos da fileira e representando 11 por cento das exportações.

Os fenómenos de êxodo rural e de perda de importância da actividade agrícola, de crescente urbanização de áreas agrícolas e florestais contribuíram, entre outros elementos, para uma vulnerabilização dos factores de protecção da floresta que resultaram nas catástrofes que o país tem vindo a sofrer nos últimos 25 anos e que se têm acentuado nos últimos cinco anos. Entre 2000 e 2004 a superfície florestal do país ardeu à taxa de 2,7 por cento ao ano, com custos humanos, sociais e económicos muito elevados. Globalmente, os impactos negativos são devastadores mas a extensão deste desastre só poderá ser avaliada em toda a sua amplitude num horizonte de 10 anos.

Num quadro de elaboração de novas orientações estratégicas para o sector florestal, foram regulamentadas em 2005 as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) "destinadas a dar corpo a intervenções em espaços florestais contíguos e de minifúndio, e que constituem um passo positivo destinado a inverter a situação de abandono hoje existente nas áreas florestais", MADRP/SEDRF/ER.

Mas o maior desafio será "constitui-las com pessoas em zonas do país onde a propriedade é muito fragmentada. Há pessoas que se interessam pelas propriedades e outras não. É preciso haver um esforço de concertação entre os produtores e os detentores da terra, para que as ZIF se constituam. Quem já trabalha habitualmente nas comunidades rurais e conhece bem as suas características, está numa boa posição para facilitar a necessária agregação de esforços para a constituição das ZIF. Para que elas tenham sucesso é preciso que as pessoas tenham disponibilidade para se associar e trabalhar em conjunto, sabendo que isso pode em certos casos acarretar-lhes, no imediato, algumas perdas de rendimento. Se o rendimento da ZIF no seu conjunto for superior ao rendimento individual de cada parcela todos ganham, tanto os proprietários como o País, por ter uma floresta melhor gerida e sustentada", sublinha o engenheiro Rui Nobre Gonçalves, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Existe a percepção que a gestão deste bem colectivo que são as florestas, passará por uma gestão territorial integrada, "na organização do espaço rural e na gestão estratégica dos combustíveis florestais, substituindo os sistemas agrários que se eclipsaram a partir da década de 50 e criando espaços florestais mais resistentes aos fogos e menos dependentes das forças de combate". (MADRP, oc.)

Esta nova forma de administrar e utilizar as florestas e terras florestais, constitui um garante "da sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade e potencial para desempenhar, no presente e no futuro, funções ecológicas, económicas e sociais relevantes aos níveis local, nacional e global, não causando danos aos outros ecossistemas, estaremos a efectuar a promoção de uma Gestão Florestal Sustentável", defende Rui Xavier, Coordenador da URZE.

Na Região Autónoma da Madeira "a questão da Floresta e do Desenvolvimento Sustentável não é diferente de outros locais, pelo menos, no que diz respeito ao princípio orientador que julga-se imperioso respeitar, o equilíbrio entre três aspectos primordiais – Ambiente, Economia e Responsabilidade Social", como refere Duarte Nuno Ornelas Barreto, da Direcção Regional de Florestas.

O papel das Associações de Desenvolvimento Local (ADL), em defesa da floresta e das suas diferentes funções, é relevante, em parceria com outros actores locais, regionais ou nacionais.

Nesta óptica inscreve-se a acção da Pinhal Maior, cuja prioridade incide na "articulação entre o LEADER+ e o Programa Operacional da Região Centro, sobretudo a AIBT - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior". O engenheiro António J. M. Louro sublinha e enfatiza o papel que as ADL poderão ter neste processo: "a região do Pinhal Interior Sul possui enormes potencialidades florestais. Este sector poderá vir a ser o motor do desenvolvimento sustentável de toda a região. No entanto, o minifúndio extremo que caracteriza todo este território e que é gerador de um individualismo incapacitante, não assegura um futuro promissor. É neste contexto que as associações locais e, entre elas, a Pinhal Maior, ganham uma importância redobrada como entidades, profundamente conhecedoras da região e com provas dadas em prol do seu desenvolvimento".

Outro exemplo muito interessante é o da intervenção da Pinus Verde, associação que desenvolve a sua intervenção no Pinhal Interior "uma área com uma 'marca' muito específica em termos de recursos naturais, ligada à floresta e à água".

Finalizamos com o convite de uma viagem pelo Pinhal Interior Sul, território apresentado neste número, zona de intervenção da associação Pinhal Maior: "A paisagem é uma imensidão de pinhal e serra entrecortada por rios e ribeiras. Evidente pela rica beleza natural e convidativa ao descanso. Mas, um olhar atento permite descobrir recantos de património histórico, arquitectónico e arqueológico. Segredos guardados no pinhal..." (J. Limão).

Cristina Cavaco

## Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:

Organização:

Função:

Morada:

Código postal:

–

Telefone:

Fax:

E-mail:

Comentários:

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa  
Rede Portuguesa LEADER+  
Av. Defensores de Chaves, n.º 6  
1049-063 Lisboa

Telf.: 21 3184419  
Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ [www.leader.pt](http://www.leader.pt) e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no *link* **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigada.



# Abordagem LEADER poderá continuar a desempenhar um papel importante

A Iniciativa Comunitária LEADER, implementada no nosso país desde 1991, tem sido um importante motor de criação de parcerias, de aquisição de competências e de implementação de abordagens locais e integradas com vista ao desenvolvimento dos territórios. Inspirou igualmente em Portugal, como noutros países, acções similares no âmbito da restante política de desenvolvimento rural e regional.

A importância que esta abordagem assumiu no quadro da definição e implementação de estratégias integradas de desenvolvimento local, foi reconhecida a nível europeu, tendo sido considerada suficientemente importante para ser incorporada no *mainstream* da política de desenvolvimento rural para o próximo período de programação.

Encontramo-nos neste momento na fase de preparação do Plano Estratégico Nacional. A discussão deste plano com os vários parceiros será iniciada a curto prazo, embora iniciativas como estas sejam já um contributo activo para o envolvimento das parcerias no processo de programação. Ao longo do primeiro semestre de 2006 decorrerão os contactos informais e formais com os serviços da Comissão Europeia relativamente à proposta portuguesa do Plano Estratégico Nacional. O envio formal deste plano não poderá ocorrer antes da aprovação formal pelos Estados-membros das orientações estratégicas comunitárias, cuja aprovação se espera para o início do primeiro semestre de 2006.

Gostaria de centrar a minha intervenção na problemática das estratégias territoriais e no espaço que a abordagem LEADER poderá ter no próximo período de programação.

Com efeito, a política de Desenvolvimento Rural é mais do que uma abordagem sectorial ligada à agricultura. Tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento integral dos territórios rurais.

E neste sentido, para além das intervenções previstas através do eixo I e II do FEADER, de realçar as intervenções do Eixo III, relativas à melhoria da qualidade de vida e de diversificação da economia rural, onde a abordagem LEADER poderá continuar a desempenhar um papel importante. Quero contudo deixar aqui algumas mensagens no que respeita à implementação futura da política de desenvolvimento rural, particularmente nesta perspectiva da abordagem territorial, onde as parcerias e a abordagem *bottom-up* terão um papel importante.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à estratégia a definir para os territórios, devemos aceitar o desafio de colocar a fasquia a um nível superior. Num contexto de recursos cada vez mais escassos, há que concentrar esforços e potenciar sinergias, seleccionando claramente estratégias e territórios e integrando políticas.

Como identificado pela avaliação intercalar do LEADER+, muitas das estratégias preconizadas pelos Grupos de Acção Local, tiveram um carácter excessivamente abrangente.

Passado que foi o tempo do carácter "experimental" do LEADER, há que passar para estratégias que assumam o desenvolvimento em torno do "económico", ou seja, em torno da criação de emprego e da revitalização e consolidação económica das zonas rurais.

Subordinada a este princípio orientador, para que a estratégia seja eficaz, há que adaptá-la às potencialidades dos territórios e há que integrá-la no contexto das diferentes políticas que concorrem para o desenvolvimento sustentado desses territórios. Resultam assim fundamentais a convergência de estratégias entre os diferentes objectivos da própria política de desenvolvimento rural e entre esta e a política de coesão, nomeadamente a política de desenvolvimento regional.

Estamos todos empenhados no esforço de identificação de políticas de desenvolvimento rural que tenham em consideração as diferentes tipologias de territórios rurais em Portugal, em função do papel que a agricultura e a

floresta têm nos mesmos e da dinâmica sócio-económica desses territórios. Consideramos igualmente que em territórios com dinâmicas de desenvolvimento suficientemente fortes, nomeadamente pela sua proximidade aos centros urbanos, não se torna premente um esforço de políticas públicas de Desenvolvimento Rural nesses territórios, mas antes de ordenamento do território.

Não gostaria de deixar de salientar o papel que o desenvolvimento do *cluster* "turismo em espaço rural" pode ter no processo diversificação da economia das zonas rurais, e da introdução de elementos diferenciadores da oferta de turismo em Portugal.

Por último, gostaria de referir a importância da Rede Rural Nacional prevista no Regulamento do FEADER no âmbito das acções de cooperação que se vierem a desenvolver e de um trabalho em Rede para potenciação de experiências, ideias e o desenvolvimento de parcerias.

Quero ainda agradecer à Federação Minha Terra o empenho e o dinamismo com que tem desenvolvido o seu trabalho ao longo dos últimos anos, em colaboração com as Associações de Desenvolvimento Local, enquanto parceiro social activo e imprescindível no delineamento e na implementação de acções em prol do interesse público e do desenvolvimento dos territórios rurais. Sendo a capacidade de inovar um tema tão caro ao LEADER, tenho a certeza que saberão ser parceiros activos nas novas estratégias que se impõem.

**Rui Nobre Gonçalves**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas

Intervenção do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas, Rui Nobre Gonçalves, no seminário "Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013", organizado pela Minha Terra no passado dia 14 de Dezembro, em Lisboa.



Rui Nobre Gonçalves, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

# O princípio de uma nova época na gestão florestal

Rui Nobre Gonçalves, 45 anos, licenciado em Engenharia do Ambiente, actual Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas e ex-Secretário de Estado do Ambiente, defende um sector – até agora fonte tradicional e perene de rendimento – como objecto de uma gestão sob o signo do interesse público e doravante promotor de espécies florestais mais diversificadas. O Público, o Económico e o Terceiro Sector terão de encontrar um terreno de entendimento para garantir o desenvolvimento sustentável de um bem comum chamado floresta, sob as orientações de uma estratégia governamental que quer inaugurar uma nova era na gestão das florestas portuguesas.

Quando em torno dos recursos florestais se confrontam interesses e formas de intervenção tão diferentes e, por vezes, opostos como os da agricultura e do desenvolvimento rural, do ambiente e do ordenamento do território, da indústria e da economia, que política prevalece?

Temos que procurar uma linha directora para aquilo que queremos da floresta. O Governo já deixou bem claro que há três eixos a partir dos quais devemos olhar para a floresta. E esses eixos têm que ser coordenados e compatibilizados com os interesses citados. O primeiro é claramente um eixo económico, ou seja, a nossa floresta sempre foi tradicionalmente uma fonte de riqueza para os portugueses e para a economia nacional. Temos que ver o que está mal nesses termos e recuperar condições de rentabilidade. Depois temos o eixo que está mais ligado à ruralidade e ao mundo rural. Também temos que ter condições para que a floresta sustente actividades que não apenas florestais. Em largas zonas do nosso território e, particularmente, no sul o montado é um tipo de floresta que não só suporta como até pede outro tipo de actividades, ligadas à pastorícia, à agricultura extensiva, à exploração da actividade venatória. Finalmente, um eixo que já não é tão novo quanto isso, é a relação da floresta com o ambiente. Há um grande trabalho a fazer nessa área, não apenas na perspectiva da preservação, da promoção da biodiversidade, mas também da floresta ser vista como um recurso que pode ter uma valência de contrabalanço de alguns dos efeitos negativos da actividade económica como seja a indústria e a poluição. Hoje é reconhecido que a floresta em grande parte pode contrabalançar esses efeitos negativos, nomeadamente no que respeita à questão das alterações climáticas. Estes três eixos são essenciais, não só para a promoção da nossa floresta, mas também para coordenar a relação com os interesses económicos, de desenvolvimento rural, ambientais, etc.

Reconhecendo a importância das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), para uma gestão correcta das propriedades e da produção florestal, o ordenamento do território, a prevenção e detecção precoce dos fogos florestais, qual poderá ser o papel das entidades gestoras do LEADER no desenvolvimento desta medida?

Essas entidades como as associações de produtores florestais têm um grande papel. É importante salientar o seguinte: as ZIF são do ponto de vista teórico uma boa solução para resolver parte do problema das nossas florestas. Apesar de já se falar nisto, há dezenas de anos, nunca se pôs no papel, como constituir uma ZIF. Este Governo fez-lo. Há um diploma que regula as ZIF. Mas o mais difícil está por fazer: constitui-las com pessoas em zonas do país onde sabemos que a propriedade é muito fragmentada. Há pessoas que se interessam pelas propriedades e outras não. É preciso haver um esforço de concertação entre os produtores e os detentores da terra, para que as ZIF se constituam. Quem já trabalha habitualmente nas comunidades rurais e conhece bem as suas características, está numa boa posição para facilitar a necessária agregação de esforços para a constituição das ZIF. Para que elas tenham sucesso é preciso que as pessoas tenham disponibilidade para se associar e trabalhar em conjunto, sabendo que isso pode em certos casos acarretar-lhes, no imediato, algumas perdas de rendimento. Se o rendimento da ZIF no seu conjunto for superior ao rendimento individual de cada parcela todos ganham, tanto os proprietários como o País, por ter uma floresta melhor gerida e sustentada.

Conhecendo a dificuldade que as pessoas têm em associar-se e apostar no modelo associativo, esta medida tem pernas para andar?

Não temos muitas outras opções. Há dezenas de anos que se fala em formas de associação das pessoas e algumas como as cooperativas, as associações de produtores florestais foram para a frente. Sempre houve grandes dificuldades práticas em concretizar este tipo de medidas. Hoje as condições são um pouco diferentes. Por um lado, as pessoas já perceberam que sozinhas não vão a lado nenhum e, por outro, a lei das ZIF tem um instrumento que me parece útil: não é preciso que todos estejam de acordo para que se faça uma ZIF, basta uma maioria, ou seja, obedece a um processo democrático de constituição. Se houver uma capacidade local para se avançar, mesmo que um ou outro proteste, a ZIF pode na mesma constituir-se. Registraram-se muitos casos de insucesso, nomeadamente no que respeita ao emparcelamento. Falharam porque uma ou duas pessoas se opuseram a que os processos avançassem e prejudicaram, assim, dezenas ou, às vezes, centenas de pessoas. A lei das ZIF ultrapassa essa situação sem pôr em causa os direitos individuais, colocando o interesse público à frente do particular.

Está previsto algum apoio financeiro para a implementação das ZIF?

Existem duas grandes áreas de apoio, o primeiro é o Fundo Florestal Permanente. As pessoas pensam que o Fundo Florestal Permanente pode ter muitas aplicações. Não pode ser. O Fundo Florestal Permanente apesar de ser autónomo é relativamente limitado. O Governo decidiu que uma das áreas a que o Fundo se vai dedicar é o apoio à constituição das ZIF. Quem quer constituir uma ZIF tem no Fundo meios económicos para o fazer. Depois da ZIF constituída, pode recorrer à Medida 3 “Desenvolvimento Sustentável das Florestas” do Programa AGRO para a realização dos investimentos necessários. Neste momento, já deram entrada na Direcção-Geral de Recursos Florestais mais de 40 intenções de constituição. Não há uma ZIF formalmente constituída. Gostaria de assinalar especialmente a constituição da primeira ZIF como a marca de uma nova época na gestão florestal do nosso país.

Considera o sector florestal competitivo?

Fala-se muito de um sector agro-florestal débil. As pessoas esquecem-se que é um dos principais sectores exportadores da nossa economia, com um dinamismo que pede meças a outros mais falados e aplaudidos. Temos uma forte indústria de papel, de pasta de papel, de mobiliário, com capacidade de expansão. Portugal tem um conhecimento importante e imprescindível nessas áreas. Não basta ter indústrias. No mundo global em que vivemos temos que ser capazes de fazer melhor do que os outros. No sector florestal temos áreas de ponta, já para não falar no montado e na cortiça, onde somos líderes mundiais.

Qual é a política de prevenção dos incêndios?

Relativamente à questão dos incêndios, concluímos que existe aquilo a que chamamos as causas estruturais, ligadas à floresta, e as causas mais conjunturais, ligadas às deficiências nas áreas do combate e coordenação de esforços. Em termos de condições estruturais dos incêndios, há que relevar o tipo de floresta que temos e a nossa particular dependência das espécies de resinosas. Pedi à Direcção-Geral de Recursos Florestais, que está a preparar um novo Plano Nacional para as Florestas, que se procedesse a um processo de transição da nossa floresta, e que isso se reflecta também ao nível dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal. Progressivamente temos que ir substituindo o pinheiro por outras espécies mais adequadas ao nosso território e ao nosso clima e que



Maria do Rosário Aranha

“As associações continuam a ter uma missão cada vez mais importante nesta nova fase da política florestal”

Um mundo rural deserto é propício a incêndios, mas o contrário também acontece, que dizer disso?

É óbvio que um mundo rural abandonado, é um mundo rural onde é mais fácil os incêndios acontecerem. Hoje em dia, enfrentamos muitos problemas com os incêndios, devido ao estabelecimento desordenado de construções no nosso território. Às vezes, essas construções têm pouco que ver com o mundo rural, são casas de férias, segundas habitações... Este Verão houve vários casos desses em que para defender casas sem ninguém lá dentro, arderam centenas ou mesmo milhares de hectares de floresta. Entre termos pessoas no mundo rural e termos o nosso mundo rural urbanizado de forma mais ou menos anárquica vai uma grande diferença.

É uma questão de ordenamento do território?

Sem dúvida. Já tive oportunidade de falar com autarcas e muitos estão conscientes de que alguns problemas que temos com a floresta e com os incêndios decorrem de um certo desordenamento do território e que isso tem que ser travado. Esperamos que com os Planos Regionais de Ordenamento Florestal aprovados e com as suas orientações transpostas para os Novos Planos Directores Municipais (PDM), em preparação, se possa dar um salto importante nesta área. Como sabemos a primeira geração de PDM foi preparada com a perspectiva de “como é que vamos urbanizar o nosso território?”, “como é que vamos fazer crescer as nossas cidades? as nossas vilas?”. A questão rural e florestal foi um pouco esquecida. Com esta nova geração de PDM está na altura das autarquias – que têm em geral uma parte urbana e uma parte rural – perceberem que a parte rural também tem que estar ordenada.

As associações são e podem vir a ser cada vez mais parceiras do Estado no cumprimento desta tarefa?

Sem dúvida. As associações têm desenvolvido um excelente trabalho e a elas se devem medidas importantes em termos não só de agregação dos proprietários, de promoção de certas práticas, de gestão adequada das florestas. As associações continuam a ter uma missão cada vez mais importante nesta nova fase da política florestal e contamos com elas para que ao nível de desenvolvimento das ZIF assumam um papel de liderança, aliás como já fizeram anteriormente...

Como Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas que medidas considera prioritárias para o desenvolvimento dos territórios rurais?

Em termos de desenvolvimento rural temos que começar por olhar para o mundo rural que temos. Ou seja, até agora, quando falávamos em desenvolvimento rural pensávamos que o mundo rural era todo igual no nosso país. Não é verdade. Temos muitos mundos rurais: uns mais ligados à agricultura tradicional, outros à actividade pecuária, à vinha ou à floresta. É a inovação mais importante no próximo período de programação: desenhar políticas que não dizem “temos aqui uma política para o desenvolvimento rural e é igual para todo o país”. Vamos olhar primeiro para o tipo de ruralidades que temos e em função dessas características vamos definir programas de incentivo e políticas de apoio ao desenvolvimento rural adequadas às características dos diversos mundos rurais. Esse trabalho ainda não foi feito, está em curso, mas é muito importante e poderá contribuir para consolidar o nosso mundo rural e não apenas tentar travar o seu declínio.

Nesse quadro, qual vai ser o papel das Associações de Desenvolvimento Local (ADL)?

O papel das associações é importantíssimo. Em termos de futuro das ADL temos que pensar na escala da sua actuação. Nalguns casos a sua actuação tem sido muito micro, dedicada apenas a situações muito concretas e pontuais. As próprias associações têm que olhar para o território numa escala mais larga. Se essa transição pudesse ser feita, seria bom para as associações, para o território e para o nosso mundo rural. Há que adaptar um pouco a escala das próprias associações à escala da sua intervenção no território. Neste momento temos um número excessivo de ADL em relação às particularidades e características do nosso país e território.

Como é que essa visão se transpõe para a realidade?

Através de uma agregação entre elas para que respondam de forma integrada aos problemas de uma área superior à habitual.

também dêem rendimento. Se no passado o pinheiro fez muito sentido, hoje em dia já não é o caso. Temos que investir mais nas folhosas. Um dos esforços que está a ser feito ao nível dos Planos Regionais de Ordenamento da Floresta é indicar para cada uma das zonas abrangidas quais as espécies mais adequadas. A prazo sabemos que são espécies de crescimento mais lento do que o pinheiro, mas que podem dar bons rendimentos. Por outro lado, há a questão da gestão florestal. O facto de se registar o abandono de largas áreas florestais implica que se tenha que investir mais na gestão florestal. O instrumento das ZIF foi seleccionado para contrariar essa tendência, esperamos agora que dê frutos.

A prevenção dos incêndios passa também pela remoção dos resíduos florestais. Inovador é a sua utilização como fonte de rendimento?

É uma das apostas do Governo. Temos que explorar todos os eixos de criação de riqueza na floresta. Não apenas a madeira, os frutos das árvores, mas, também, os resíduos podem ser um meio de aumentar a rentabilidade da floresta, para além de prevenir a ocorrência dos incêndios. Se diminuirmos a carga de combustível nas nossas florestas e matos, poderemos reduzir o problema dos incêndios. É uma situação de duplo ganho. Por um lado, aumenta-se o rendimento dos produtores florestais que, para além da venda de madeira, poderão obter algum dinheiro com a venda dos resíduos florestais. Por outro lado, estamos também a diminuir a incidência dos incêndios.

Dentro da mesma temática gostaria que me falasse das redes de gestão de combustíveis...

Foi um trabalho muito interessante desenvolvido pela Comissão Nacional de Reflorestação, constituída depois dos incêndios de 2003. Trabalharam em certas zonas do País, nomeadamente no Pinhal e também no Algarve. A conclusão a que chegaram é que à luz do que é feito noutros países de características mediterrânicas, para além dos tradicionais aceiros, exista uma espécie de rede de comunicações dentro da floresta que permita não só o acesso, mas também que corte a progressão dos fogos. O resultado desse trabalho vai ser aplicado no terreno. Não põe em causa a utilização do território em si. Este novo conceito é interessante, não é como o aceiro, que requer o corte de uma faixa de território onde não se faz nada. Por uma questão de acessibilidade vamos criar zonas onde a densidade do coberto florestal é reduzida, mas onde ainda se poderão desenvolver outras actividades ligadas à floresta, como por exemplo a pastorícia, com a instalação de pontos de água também úteis para os bombeiros. Vão ser zonas que não vão ser estéreis, mas havendo menos floresta podem manter-se actividades ligadas à agricultura e ao mundo rural.

Prevê-se que estas medidas tenham um efeito a curto ou a longo prazo?

Temos que ser realistas, estruturalmente a nossa floresta é propícia aos incêndios. As medidas que estão a ser tomadas não terão nunca efeitos imediatos. Estas medidas terão efeitos quando no terreno começarmos a ver uma floresta gerida de uma forma diferente e também com espécies diferentes das actuais. Isto é um trabalho de médio e de longo prazo. Aquilo que poderemos ter sucesso a mais curto prazo são as medidas de vigilância e de combate, que também estão a ser estudadas e preparadas e, aliás, já foram anunciadas pelo próprio Ministério da Administração Interna. Contamos com essas medidas para reduzir a incidência dos incêndios, mas bem sabemos que teremos que continuar a viver com eles porque são uma característica própria do nosso tipo de território.

Entrevista de Maria do Rosário Aranha

# A floresta madeirense

A Madeira possui um património natural riquíssimo, com destaque para a floresta Laurissilva - classificada como Património da Humanidade pela UNESCO -, e alguns sítios pertencentes à Rede Natura 2000. A gestão deste património, compatível com a sua valorização económica e turística e a conservação dos recursos naturais, constitui um importante factor de demonstração do modelo de desenvolvimento sustentável que se preconiza para a região.

Floresta e Desenvolvimento Sustentável. Na Região Autónoma da Madeira a questão não é muito diferente de outros territórios, pelo menos no que diz respeito ao princípio orientador que se julga imperioso respeitar - o equilíbrio entre três aspectos primordiais: ambiente, economia e responsabilidade social.

Na Madeira, atendendo às características da região (limitações decorrentes da sua reduzida superfície e relevo acidentado), e à peculiaridade da sua floresta, é compreensível que esta seja considerada mais numa perspectiva de conservação do património florestal existente, do que propriamente na sua vertente mais produtiva.

A floresta de produção, embora necessária à manutenção da sustentabilidade dos recursos florestais e, uma vez bem gerida, uma fonte inesgotável de produtos, não tem uma expressividade significativa na região. As decisões surgem assim, cada vez mais, em prol da protecção dos recursos florestais do que exactamente na exploração directa, mais clássica dos mesmos.

A Madeira possui um património natural riquíssimo, com destaque para as comunidades florestais autóctones, que na sua globalidade constituem a denominada floresta Laurissilva, classificada como Património da Humanidade pela UNESCO. Além deste património de elevado valor ecológico e paisagístico, existem outros sítios classificados de interesse comunitário pertencentes à Rede Natura 2000 que, ao mesmo tempo que representam para a região notoriedade, acarretam uma responsabilidade acrescida na gestão e na qualidade das intervenções nessas áreas.

A política florestal da região e dos intervenientes na floresta deverá ser direccionada no sentido de uma gestão e utilização da floresta e espaços florestais que mantenha a sua biodiversidade, vitalidade e potencial para satisfazer, agora e no futuro, as funções mais relevantes para o desenvolvimento florestal sustentável.

Neste sentido, para além da necessidade de conservação dos recursos florestais, deverão ser incrementadas actividades de recreio e lazer, na vertente da fruição e usufruto, com vista ao aumento do interesse pela preservação dos espaços florestais. A valorização do homem como elemento integrante da Natureza, reflectir-se-á numa maior consciência ambiental, alicerçada na ideia-chave "conhecer para conservar".

Do mesmo modo, considerando o conceito mais abrangente de desenvolvimento sustentável, a aposta deverá incidir na valorização económica e turística, através do incremento do turismo de montanha. Atendendo às condições climáticas ímpares e à qualidade das paisagens e ao facto do turismo regional assentar numa forte capacidade financeira, este poderá originar fluxos financeiros consideráveis e criação de emprego - aspectos fundamentais para a economia regional.

É lógico considerar que serão maiores as pressões humanas sobre estes espaços, pelo que é imprescindível proceder ao adequado planeamento das actividades a desenvolver, prever a criação de infra-estruturas de apoio e garantir uma coordenação eficaz de vigilância e fiscalização.

A gestão do Património florestal regional, a promoção do recreio e lazer e a valorização económica e turística, compatíveis com a conservação dos recursos florestais e naturais, constituem importantes factores de demonstração do modelo de desenvolvimento sustentável que se preconiza para a Região Autónoma da Madeira.

**Duarte Nuno Ornelas Barreto**  
Direcção Regional de Florestas

Texto enviado pela Direcção Regional de Florestas, a convite da ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, entidade gestora do programa LEADER+ nos concelhos de Câmara de Lobos, Machico, Santa Cruz e Porto Santo.

## Floresta Laurissilva

Laurissilva é o nome por que é conhecida a floresta original da Madeira. Designação que provém do latim *Laurus* (loureiro, lauráceas) e *Silva* (floresta, bosque).

A ilha da Madeira detém a mais extensa e bem conservada Laurissilva do mundo, ocupando uma área de 14.953,7 ha, totalmente incluída no Parque Natural da Madeira como Reserva Natural Parcial e Reserva Natural Integral. É uma Zona de Protecção Especial no âmbito da Directiva Aves Selvagens e um Sítio de Interesse Comunitário ao abrigo da Directiva Habitats. É Reserva Biogenética do Conselho da Europa desde 1992 e foi incluída na Lista do Património Natural Mundial da UNESCO, em Dezembro de 1999.

A Laurissilva é caracterizada por árvores de grande porte, maioritariamente pertencentes à família das Lauráceas (til, loureiro, vinhático e barbusano), além de outras como pau branco, folhado, aderno, perado ou cedro da Madeira. Também abundam arbustos como a urze, uveira, piorno e sanguinho, completadas por um estrato mais baixo, rico em fetos, musgos, líquenes, hepáticas e outras plantas de pequeno porte, com numerosos endemismos.



Floresta Laurissilva Direcção Regional de Florestas

# Floresta e Desenvolvimento Sustentável

O Pinhal Interior Sul (Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei) enfrenta, actualmente, um desafio de extrema dificuldade e o modo como o souber enfrentar marcará, de forma indelével, o nosso futuro. Durante as últimas décadas, esta região teve como principal fonte de riqueza a Floresta. No entanto, uma série negra de incêndios atingiu, como seria de esperar, esta enorme mancha florestal, reduzindo-a a cinzas. E agora?

Muitos pensam que basta apenas esperar que as árvores voltem a crescer. O tempo, e apenas ele, encarregar-se-á do crescimento das árvores, do regresso da riqueza e, com ela, do bem-estar, da paisagem verde e harmoniosa.

É urgente desmistificar esta situação. É urgente iniciar processos de ordenamento da nossa Floresta, de organização dos Espaços Florestais, criando condições mínimas para o seu desenvolvimento e sustentabilidade, para que os cenários de catástrofe não se repitam. Grandes dificuldades, no entanto, se deparam a esta, aparentemente, óbvia e necessária intervenção. Há 50 anos, habitavam nesta região 150.000 pessoas subsistindo através de uma agricultura que obrigava à utilização de todos os recursos da terra arável existente, de forma a viabilizar a sobrevivência desta população, tão significativa, num território pobre e, na generalidade, agreste.

Os nossos antepassados tiveram a inteligência de partilhar entre si a terra, de um modo pacífico e ordenado, a que a necessidade obrigou, de uma forma que até os territórios mais inóspitos e improdutivos foram partilhados. Conseguiram-se assim, apesar das inúmeras e bem conhecidas dificuldades, criar condições mínimas de sobrevivência para 150.000 pessoas! A emigração passou a ser a resposta natural à ansia de melhores condições de vida. Com a saída massiva dos jovens e o normal declínio da população residente, a região perdeu 100.000 pessoas em apenas 50 anos... dois terços da sua população.

A agricultura e a pecuária não resistiram ao impacto do progresso e, lentamente, foram definhando, acompanhando o envelhecer das mãos que acompanhavam o arado.

Hoje, já quase não temos agricultores; temos pensionistas, proprietários e herdeiros. Alguns, ainda cá moram, mas uma percentagem muito significativa dos proprietários (talvez 50 por cento), encontra-se já espalhada, não apenas pelo País, mas pelo Mundo!

É com este cenário - população residente extremamente envelhecida, sector agrícola moribundo, enormes áreas condenadas ao abandono - que temos de enfrentar o futuro.

O concelho de Mação possui cadastro e, por isso, é praticamente impossível "perder" aqui uma propriedade. Sabemos, com rigor, que este território de 41.000 hectares se encontra dividido em 76.000 propriedades, sendo a área média de 0,46 hectares; é, aqui, fácil identificar o seu proprietário e o respectivo contacto. O minifúndio não é, aqui, um conceito abstracto. É uma tragédia desenhada, clara e, inequivocamente, representada em papel.

Sonhamos ainda, voltar a ter na Floresta um sustentáculo do nosso desenvolvimento, mesmo com a propriedade florestal média inferior a meio hectare, uma população envelhecida e com inúmeros proprietários ausentes... Mas este sonho só se tornará realidade se tivermos a inteligência dos nossos antepassados, percebendo que o caminho agora a seguir é exactamente ao contrário. Respeitando o passado, a propriedade privada e juntando esforços, temos de encontrar formas de trabalhar em conjunto, áreas florestais significativas, partilhando custos, responsabilidades e proveitos, como se de uma grande propriedade se tratasse. Dir-me-ão que é difícil...



Mas com o território retalhado em unidades com uma área inferior a meio hectare, uma população envelhecida, inúmeros proprietários ausentes, não penso ser possível operacionalizar as mudanças necessárias por forma a transformar as manchas florestais abandonadas que caracterizam as regiões, num património seguro que seja a alavanca do progresso e bem estar que, potencialmente, todos sabemos que poderá ser.

URGE promover o ordenamento, executar trabalhos que proporcionem a descontinuidade deste imenso barril de pólvora, seleccionar as plantas necessárias e eliminar as que se encontrem em excesso.

URGE promover a diversidade florestal, diminuindo a homogeneidade do pinhal e do eucalipto.

URGE criar e promover uma floresta que apresente maior resistência ao fogo.

URGE promover projectos e executá-los enquanto, ainda, existem ajudas disponíveis.

URGE mobilizar vontades e procurar processos de mudança que nos permitam organizar de forma a conseguir alcançar estes objectivos.

Mas, infelizmente, os braços são poucos e, na sua maioria, cansados...

Mas o tempo não vai parar! Nem volta a traz!!

A região do Pinhal Interior Sul possui enormes potencialidades florestais. Este sector poderá vir a ser o motor do desenvolvimento sustentável de toda a região. No entanto, o minifúndio extremo que caracteriza todo este território, e que é gerador de um individualismo incapacitante, não assegura um futuro promissor.

É neste contexto, que as associações locais e, entre elas, a Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, ganham uma importância redobrada como entidades, profundamente conhecedoras da região e com provas dadas em prol do seu desenvolvimento.

É imperioso conjugar esforços, mobilizar vontades, promover mudanças para que o futuro não seja apenas uma miragem e para que a floresta possa assumir o seu papel como motor do desenvolvimento sustentável de toda esta região, como todos ambicionamos.

**António José Martins Louro**  
Vice-presidente da Câmara Municipal de Mação  
Vice-presidente da Pinhal Maior

# Floresta: um património a preservar, um valor a promover

A mancha florestal ocupa uma parte significativa da área abrangida pela Pinus Verde - Associação de Desenvolvimento Integrado da Floresta - Pinhal Interior, concelho do Fundão -, com predomínio para a zona de montanha. As explorações agro-florestais têm dimensões reduzidas: apenas 30 por cento do total têm mais de dois hectares.

Ainda hoje, a floresta fornece um complemento à actividade agrícola e/ou outras, apesar da diminuição da sua área, devido à inexistência de planos de gestão florestais e ao flagelo dos fogos florestais. Contudo, a fileira florestal e os seus usos múltiplos, como a apicultura, ervas e plantas aromáticas e medicinais, cogumelos e caprinicultura, são o maior recurso endógeno desta região e deverá ser entendido e trabalhado como tal.

O Pinhal Interior é uma área com uma "marca" muito específica em termos de recursos naturais, ligada à floresta e à água. A floresta, como base de sustento a este vasto território, é a prioridade de intervenção da Pinus Verde, uma vez que sem floresta as outras actividades não fazem sentido.

Prevenção, acções de sensibilização, de formação e de educação ambiental e patrimonial, constituição de áreas agrupadas, elaboração de planos de gestão, e promoção dos usos múltiplos da floresta e produtos locais, são algumas das acções da Pinus Verde ligadas à floresta.

A prevenção florestal é uma actividade de relevante importância, através da qual se "protege" toda a base da sua existência: proteger o que existe, intervindo na instalação e ordenamento de mais e melhor floresta e dos seus múltiplos recursos. A Pinus Verde possui duas equipas de sapadores florestais (com cinco sapadores cada) que têm vindo a actuar ao nível da silvicultura preventiva, realizando controlo da vegetação espontânea, desbastes e desmatações e acções de manutenção da rede viária.

A associação - que adquiriu, recentemente, um auto-tanque de combate aos incêndios - tem também vindo a realizar acções de sensibilização junto dos proprietários florestais (associados e população em geral). Paralelamente, porque a preservação do solo, da água, da biodiversidade e do património rural são questões que devem ser tidas em consideração, quando se pretende desenvolver de forma sustentada um território, a Pinus Verde aposta igualmente em acções de educação ambiental/patrimonial.

A constituição de áreas agrupadas - superfícies florestais contínuas com áreas superiores a 10 hectares - é outra das acções levadas a cabo pela Pinus Verde, face à dispersão e dimensões reduzidas dos prédios rústicos, o que dificulta (chegando mesmo a inviabilizar) qualquer tipo de intervenção na floresta. Para tal, a associação informa os associados sobre os programas existentes para intervenção florestal, através de sessões de esclarecimento e distribuição de



Pinus Verde

pequenos memorandos sobre os programas florestais. Reunidos os proprietários suficientes para a constituição de uma área agrupada, realiza-se o levantamento cartográfico das áreas e analisa-se o tipo de intervenção para a mesma com os proprietários.

O facto das explorações florestais se encontrarem, em muito casos, abandonadas e os seus proprietários ausentes, verifica-se a necessidade de estabelecer, com os mesmos, Planos de Gestão Florestal (PGF). Os PGF visam uma floresta conduzida e explorada de forma sustentada por uma entidade com conhecimentos técnicos, para que o proprietário e a associação retirem daí um melhor proveito económico. O mesmo acontece para as áreas cujos proprietários estejam presentes, mas que conduzem a sua propriedade de forma menos correcta.

A aposta na formação continua dos seus trabalhadores, desde o corpo técnico e administrativo às equipas de sapadores, é uma das grandes prioridades da Pinus Verde. O objectivo é facilitar a qualificação e profissionalização dos recursos humanos ligados à floresta. As apostas na inovação, numa melhor utilização das ferramentas tecnológicas, na procura e produção de melhores e mais adequados conteúdos informativos, na qualidade nos serviços prestados, na introdução de prioridades de empregabilidade local passam, necessariamente, pelo aumento da produtividade do factor trabalho quando aplicado à floresta e seus usos múltiplos.

No domínio dos usos múltiplos da floresta, a Pinus Verde implementa uma filosofia de recuperação das artes e dos saberes ligados à floresta, não só em termos de preservação desse património, mas também numa perspectiva económica de multi-rendimento para as populações, como forma de combater a pobreza, a desertificação e a exclusão social. Para tal, a Pinus Verde tem vindo a apostar nos produtos locais (mel, linho, artesanato, plantas aromáticas e medicinais, cogumelos, entre outros), na sua produção, inovação, imagem e embalagem, bem como na sua comercialização, através da criação da Cooperativa "DoPinhal". A apicultura e a produção de cogumelos são actividades relevantes na região. Neste momento, encontra-se em funcionamento um laboratório de inoculação de cogumelos - a Casa do Cogumelo -, na Malhada Velha, e está prevista a constituição de um centro interpretativo do mel - a Casa do Mel -, em Bogas de Cima. A associação possui ainda um apiário, cujo objectivo, além da produção, passa pela demonstração da actividade a outros interessados. Mediante um protocolo celebrado com a DRABI (Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior), a Pinus Verde é a entidade receptora de registos e de atribuição dos apoios existentes à apicultura. Na área abrangida pela associação, existem cerca de 40 apicultores registados, 930 colmeias e 250 cortiços.

Em 2005, a Pinus Verde desenvolveu uma campanha nacional de ajuda às vítimas dos incêndios florestais, através da venda de uma pulseira verde com a inscrição "Floresta Viva", acompanhada de forte divulgação junto dos meios de comunicação social.

Pinus Verde

## Pinus Verde

A Pinus Verde desenvolve, desde a sua criação, em 1998, um trabalho de intervenção territorial, com os objectivos de promover e potencializar as suas gentes, os seus recursos naturais, os seus saberes locais, tendo em conta a participação das comunidades locais e as parcerias institucionais. Nesta estratégia integrada de intervenção, a actividade da Pinus Verde possui como objectivos a defesa e a promoção dos interesses dos produtores florestais, o desenvolvimento de acções de preservação e valorização das comunidades locais, dos recursos naturais, do meio rural e do ambiente, bem como do património fundiário, cultural e etnográfico dos seus associados, e está balizada em cinco domínios fundamentais e transversais: Floresta e seus Usos Múltiplos; Desenvolvimento Integrado e Acção Social; Produtos Locais; Turismo, Desporto, Animação Sócio-Cultural e Prestação de Serviços aos seus associados.

Actualmente, a Pinus Verde tem cerca 700 associados, entre proprietários florestais, agricultores, apicultores, artesãos, associações, juntas de freguesia, autarquias, pessoas singulares, e um corpo técnico constituído das áreas da Engenharia Florestal, Sociologia, Gestão, Direito, Comunicação Social, Administração, Animação e Trabalhadores Florestais (Sapadores).

A intervenção da Pinus Verde passa pelo desenvolvimento integrado do território, o reforço das parcerias, o desenvolvimento do património natural (floresta e seus usos múltiplos, os recursos hídricos, a paisagem), o desenvolvimento do património construído (aldeias, património mineiro) e a dinamização dos produtos locais. A área abrangida por projectos florestais é de 1.200 hectares.

A Pinus Verde é associada da ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, entidade gestora do programa LEADER+ nos concelhos da Covilhã e Fundão

Pinus Verde  
Casa Redonda, Bogas de Cima  
Fundão  
Tel.: 275 647 342  
E-mail: pinusverde@pinusverde.pt  
www.pinusverde.pt





Abertura da Barragem do Cabral / Paulo Matos dos Santos

# Pinhal Interior Sul

Pinhal, serras e rios. Elementos caracterizadores de um território que tem na floresta o seu principal recurso. A madeira é uma das potencialidades económicas, mas o pinhal não se esgota neste sector, garantindo a emersão de múltiplas actividades e derivados da floresta.

Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei. Cinco concelhos divididos por dois distritos. O primeiro pertence ao distrito de Santarém os últimos quatro, ao de Castelo Branco. No conjunto, constituem o território da Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, equivalente à sub-região estatística do Pinhal Interior Sul.

Nas palavras de Augusto Nogueira, coordenador da Pinhal Maior, trata-se de uma "região muito homogênea", tanto ao nível da "morfologia como do clima". Uma paisagem constante, marcada pelo pinhal, serra e água. Lugar onde se situa aquela que já foi considerada a maior mancha contínua de pinheiro bravo da Europa.

No capítulo da demografia, e de acordo com os Censos de 2001, a população da sub-região é de 44.803 indivíduos que, distribuídos por uma área de 1.902,7 Km<sup>2</sup>, correspondem a uma densidade populacional de 25,03 habitantes por km<sup>2</sup>. Números que se enquadram na histórica ocupação diminuta da região do Pinhal, e que se traduzem em apenas 1,9 por cento da população da Região Centro.

A interioridade faz-se sentir na evolução demográfica. Ainda de acordo com os últimos Censos, o Pinhal Interior Sul regista uma quebra de -11,8 por cento do efectivo populacional, entre 1991 e 2001. Tendência contrária à evolução da Região Centro e do país, que subiram 4 e 5 por cento, respectivamente. Todos os concelhos do território apresentam descidas, sendo Mação o mais atingido, com uma queda de -16,1 por cento, logo seguido de Oleiros (-14%) e Proença-a-Nova (-13,3%).

A tendência negativa agrava-se no escalão etário de "0 a 14 anos", com uma descida de -31,5 por cento, no conjunto dos cinco concelhos. Oleiros revela o maior decréscimo nesta classe de idades, com uma quebra de -47,3 por

cento, não muito distante de Proença-a-Nova (-36,2%). Os restantes concelhos apresentam quebras acima dos -24 por cento. Para Augusto Nogueira, esta tendência é "normal", até porque os "jovens terão sempre atracção por grandes centros urbanos". No entanto, esta aceitação não põe em causa intervenções com o objectivo de contrariar a tendência. Devem ser criadas "estruturas para jovens que queiram ficar".

Pelo contrário, e à imagem do que acontece um pouco por todo o país, em particular nas zonas rurais do interior, o segmento com "65 ou mais anos" é o único que revela crescimento, com uma subida de 7,1 por cento. A Sertã é o concelho com maior subida (12,3%), seguido de Oleiros, com 11,1 por cento.

No domínio da educação, o Pinhal Interior Sul revela um elevado índice de analfabetismo, apesar de registar uma redução. Em 1991, o território contava quase um quarto de analfabetos (24,5 por cento). Passados 10 anos, esta percentagem ficou reduzida a 19,8 por cento. Muito acima dos nove por cento que se verificam no país, e dos 10,9 por cento da Região Centro. Valores que são indissociáveis do envelhecimento da população.

Uma das estratégias apontadas para contrariar a tendência para a desertificação e envelhecimento é a dinamização económica e criação de emprego.

No domínio das actividades económicas, a taxa de actividade revela um crescimento de 34,9 por cento para 37,4 por cento, no período entre os dois últimos censos. Segundo Augusto Nogueira, o território proporciona empreendimentos "muito ligados ao sector florestal" e "há tecido empresarial dinâmico", que garante "diversidade de actividades na região do pinhal". Ainda de acordo com o coordenador da Pinhal Maior, "por baixo dos pinheirinhos desenvolvem-se muitas actividades". A pastorícia, produção de cereja, mel, queijo, enchidos e presunto (Mação produz 70 por cento do presunto produzido em Portugal), são exemplo desses produtos derivados da floresta.

O incentivo à dinamização da indústria está patente na actuação dos municípios do território. "Todos os concelhos têm parques industriais", sendo que a madeira e os agro-alimentares são os sectores mais representativos. O elemento de risco da indústria do pinhal situa-se no défice de mão-de-obra. Segundo Augusto Nogueira, existem "empresas que estão em vias de ir para outros concelhos, por falta de mão-de-obra".

Ao nível da agricultura, o território enquadra-se na Região Agrária da Beira Interior, e corresponde à 8.ª Zona Agrária - Pinhal, que tem sede na Sertã e engloba os cinco municípios da zona de intervenção. Caracteriza-se pela pequena propriedade, em "média inferior a um hectare", e pelo relevo muito acidentado. Em termos de produtividade, é marcada por produtos como a cereja e derivados do sector pecuário, como leite e queijo.

Na zona do Pinhal, a actividade e sustentação económica sempre estiveram alicerçadas na floresta. "Sempre foi o banco das pessoas". Por isso, os incêndios e a consequente redução de mancha florestal, adquirem contornos graves na economia local. Para contrariar esta adversidade, têm sido promovidas campanhas de reforestação. "Todas as câmaras e concelhos têm associações florestais, equipas de sapadores e gabinetes florestais". Inclusive, o programa LEADER+ e a Pinhal Maior apoiaram o aparecimento de duas em Proença-a-Nova e Sertã. No entanto, a estrutura da floresta associada à pequena propriedade, "dificulta a implementação de projectos". Na perspectiva de Augusto Nogueira, existe uma certeza, "gestão e ordenamento do território são essenciais".

#### Centro geodésico de Portugal

Perante o cenário económico, a actividade turística surge como elemento de complementaridade económica na região. Apesar do coordenador da Pinhal Maior reconhecer que o território é "zona de passagem", e que "nunca será zona de turismo de massas", a actividade contempla potencial de desenvolvimento.

A este nível, o território beneficia de localização estratégica. Vila de Rei é o centro geodésico de Portugal (Picoto da Milriça), e a região é abrangida por uma boa rede de acessos, sendo atravessada pela A23 e IC8. Além disso, o território beneficia de uma vasto património histórico, arqueológico e cultural. No concelho de Vila de Rei são exemplos o miradouro do Picoto da Milriça, onde se localiza o Museu da Geodesia, ponte romana em S. João do Peso, Igreja da Misericórdia e Igreja de Vila de Rei. Em Proença-a-Nova, encontramos as muralhas célticas na serra das Talhadas e ponte romana de S. Pedro de Esteval, além dos vestígios de antas nas freguesias de Sobreira Formosa e Proença-a-Nova, e Igreja Matriz de Proença-a-Nova.



Parque Eólico, Ourens/Pinhal Maior

Zona de Intervenção LEADER+



Os vestígios do castro da Cova da Moura, na serra da Lontreira, e a Igreja Matriz de Oleiros são património a visitar neste concelho, enquanto em Mação temos a Igreja Matriz ou o Cruzeiro (Amêndoa). Por fim, referência para as igrejas Matriz da Sertã, Cernache do Bonjardim e Nesperal, Convento de S. José, e Igreja de Pedrógão Pequeno, no concelho da Sertã.

Além deste património, o Pinhal Interior Sul contempla três Aldeias de Xisto, divididas por dois concelhos: Pedrógão Pequeno e Água Formosa (Sertã) e Alvaro (Vila de Rei).

Em termos de património natural, o território conta ainda com inúmeras praias fluviais, como são os casos de Açude Pinto, Alvaro e Cambas (Oleiros) ou Aldeia Ruiva, Fróia e Malhadal (Proença-a-Nova).

Ao nível do saber tradicional, o artesanato da região é caracterizado pela tradição dos teares, onde se elaboram toalhas e colchas de linho, além de trabalhos em cortiça, cobre e vime. Produtos que não deve deixar de levar no regresso. Durante a visita à região, aproveite para provar a gastronomia rica e variada. Os peixes de rio, como lampreia, achigã, sável, fataça, boga, bordalo, carpa ou barbo, representam uma fatia importante da oferta gastronómica, que é complementada por pratos tradicionais como o cabrito estonado, coelho à caçador, maranhos, buchos recheados, papas de milho ou sopas de ovos, além dos doces presentes nos cartuchos de amêndoa ou merendas doces.

João Limão



Miradouro da N. Sra. da Cordalga/Pinhal Maior dos Sertões



# Pinhal Maior

## Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul



Na origem do Pinhal Maior está o curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento promovido pelo IDARC (Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Centro), com o apoio da CCRC (Comissão de Coordenação da Região Centro), em Coimbra, entre 1991 e 1992. Foi após a conclusão deste curso que dois jovens partem para o Pinhal Interior Sul com o objectivo de criar uma estrutura associativa que pudesse dinamizar os programas e iniciativas existentes em prol do desenvolvimento da região. O desafio era grande...

Em causa estava também a criação do auto-emprego. Como recorda um desses jovens - Augusto Nogueira -, "o primeiro ano foi para fazer contactos, reunir parceiros e convencê-los de que se tratava de uma mais-valia para a região", o que levou o seu tempo. A Pinhal Maior é, formalmente, constituída no dia 12 de Maio de 1994. A Sertã foi escolhida para sede da associação por ser central no conjunto dos concelhos que compõem a Zona de Intervenção (ZI): Mação, Oleiros, Póvoa-a-Nova, Sertã e Vila de Rei. A preparação da candidatura ao programa LEADER II foi desde logo definida como uma prioridade, "porque era dos nossos objectivos", revela Augusto Nogueira. A par do LEADER II, o Centro Rural Centro de Portugal e o Luta Contra a Pobreza são os programas que dão "uma certa visibilidade" à associação na sua fase inicial.

O processo de crescimento da associação tem sido natural. "Vamos apresentando candidaturas à medida que as coisas vão surgindo", afirma Augusto Nogueira, sublinhando o empenho

dos técnicos na procura de novas propostas de trabalho. A Pinhal Maior arrancou com dois técnicos. Hoje conta com 11.

Na área da formação profissional, a Pinhal Maior - acreditada como entidade formadora pelo INOFOR - tem recorrido a instrumentos financeiros variados, como FSE (Fundo Social Europeu), IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e POEFDS (Programa Operacional do Emprego e Formação e Desenvolvimento Social), entre outros, para responder às necessidades existentes, designadamente, de algumas medidas e sub-medidas apresentadas no PDL LEADER+. Complementaridade entre programas é a palavra-chave.

Fazer a articulação entre o LEADER+ e o Programa Operacional da Região Centro, sobretudo a AIBT - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, é a preocupação do momento. Quanto à cooperação, Augusto Nogueira salienta o projecto "Cooperar em Português", no âmbito do qual a associação se prepara para colocar os produtos do Pinhal na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

No capítulo do turismo, a associação - que integra três das 20 "Aldeias de Xisto" (Programa da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) na sua ZI (Pedregão Pequeno, Água Formosa e Álvaro) - apresentou uma pré-candidatura ao PITER (Programa Integrado do Turismo Estruturante e de Base Regional), sob o lema "Turismo de corpo e alma". A reposta é aguardada com alguma expectativa.

**Pinhal Maior**  
Loteamento 7, Pinhal de Cima  
6100-680 Sertã  
Tel.: 274 600130 | Fax: 274 600139  
E-mail: pinhalmaior@mail.telepac.pt

### Órgãos sociais

**Direcção:** Presidente Câmara Municipal de Vila de Rei | Vice-Presidente Câmara Municipal de Mação | 1ª Vogal Câmara Municipal da Sertã | 2ª Vogal Câmara Municipal de Póvoa-a-Nova | 3ª Vogal Câmara Municipal de Oleiros | **Assembleia-geral:** Presidente Escola Tecnológica e Profissional da Sertã | 1º Secretário Associação Desportiva e Cultural de Póvoa-a-Nova | 2º Secretário Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal | Vogal Grupo Gente Nova de Oleiros | **Conselho Fiscal:** Presidente Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Oleiros, Póvoa-a-Nova, Sertã e Vila de Rei | 1ª Vogal Cooperativa Agrícola Agravendense | 2ª Vogal Associação Caça e Pesca do Centro de Portugal

### Associados

Câmara Municipal de Mação; Câmara Municipal de Oleiros; Câmara Municipal de Póvoa-a-Nova; Câmara Municipal de Sertã; Câmara Municipal de Vila de Rei; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal; Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Oleiros, Póvoa-a-Nova, Sertã e Vila de Rei; Cooperativa Agrícola Agravendense; Associação Gente Nova de Oleiros; Associação Desportiva e Cultural de Póvoa-a-Nova; Escola Tecnológica e Profissional da Sertã; Associação de Caça e Pesca do Centro de Portugal; Associação de Produtores Florestais e Agrícolas do Concelho de Póvoa-a-Nova

### Unidade de Gestão LEADER+

Pinhal Maior; Associação de Caça e Pesca do Centro de Portugal; Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Oleiros, Póvoa-a-Nova, Sertã e Vila de Rei; Associação de Produtores Florestais e Agrícolas do Concelho de Póvoa-a-Nova; Cooperativa Agrícola Agravendense; Câmara Municipal de Mação; Câmara Municipal de Oleiros; Câmara Municipal de Póvoa-a-Nova; Câmara Municipal de Sertã

## PDL LEADER+

## Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da Pinhal Maior, no âmbito do programa LEADER+, aposta na "joia" da sua Zona de Intervenção (ZI) - a floresta. A estratégia vai de encontro ao potencial da região, mas também das pessoas. De acordo com o coordenador do Grupo de Acção Local (GAL), Augusto Nogueira, a escolha do tema federador - Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais - foi feita na perspectiva de desenvolver um leque mais abrangente de projectos. "É bom termos praias, bibliotecas, mas é preciso ter também indústria, criar postos de trabalho, que permita às pessoas ficar na região e possa trazer outras de fora".

Assumido como "um instrumento estratégico que vem dar clareza e visibilidade às linhas mestras do desenvolvimento sustentável que se pretende para a região", o PDL da Pinhal Maior visa "optimizar recursos, criar uma massa crítica que viabilize projectos, abrir horizontes e identificar complementaridades que permitam abrir novas janelas para o território". O sector agro-florestal e o turismo são identificados como os dois grandes campos de acção através dos quais se pretende atingir a melhoria da qualidade de vida no Pinhal Interior Sul. A grande aposta recai no nível do investimento produtivo. "Há um grande interesse dos privados em investir, o problema é a falta de verba", afirma o coordenador do GAL, adiantando

que na Pinhal Maior não existem pré-candidaturas ou intenções de candidaturas. "Se o projecto não se enquadra na estratégia não se avança".

Ao nível das medidas do Vector 1 do Programa, o PDL da Pinhal Maior privilegia a reabilitação e recuperação do património construído e natural, a modernização das actividades económicas e a valorização dos recursos turismo/património e produtos agro-florestais (Medida 1 - Investimentos) e acções de divulgação e promoção do Pinhal Interior Sul (Medida 2 - Acções Imateriais). A cooperação surge também como um dos objectivos estratégicos do PDL, "porque cria mais-valias e dá-nos outra perspectiva do mundo".

Na Pinhal Maior, devido aos dois reforços de verba a que teve direito, e que lançaram o PDL da associação - inicialmente de 4.882.958,00 euros - para a casa dos cinco milhões de euros, está prevista ainda a aprovação de projectos em 2006. De acordo com dados da associação, até 21 de Dezembro de 2005, foram aprovados 114 projectos no Vector 1 (Desenvolvimento Rural) - 82 na Medida 1 (Investimentos) e 25 na Medida 2 (Acções imateriais). Considerando a Medida 4 (Despesas de funcionamento do GAL), o investimento total é de 4.329.207,71 euros. No Vector 2, a associação aprovou três projectos, num investimento total de 82.456,87 euros.

Textos de **Paula Matos dos Santos**

## Equipa Técnica do GAL



**Augusto Nogueira**  
Coordenador

Augusto Nogueira vive e trabalha no Pinhal Interior Sul há 12 anos, devido à Pinhal Maior, "um projecto de vida", como define. O desafio começou em Lisboa - onde se encontrava a trabalhar - ao responder, "sem preocupação", a um anúncio num jornal para um curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento. No final do curso, promovido pelo IDARC com o apoio da CCDR, em Coimbra, motivado e capacitado para "abraçar" um projecto de desenvolvimento local, Augusto Nogueira parte para a Sertã a fim de definir uma estratégia de intervenção para o Pinhal Interior Sul.

Posteriormente, Augusto Nogueira decide acrescentar à licenciatura em Filosofia (Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa) duas especializações - Estudos Europeus, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e Biblioteca e Documentação, na Faculdade de Letras da mesma universidade - que, "por falta de tempo", alega, ainda não concluiu. No ano passado, volta a apostar na valorização profissional, inscrevendo-se no mestrado em Planeamento do Território, Inovação e Políticas de Desenvolvimento, na Universidade de Aveiro. Revelando-se um apaixonado pelo Desenvolvimento Local, Augusto Nogueira defende que "as associações de desenvolvimento local justificam-se porque foram pioneiras, ao colocarem nas mãos das pessoas e das suas forças-vivas a possibilidade de escolherem o seu destino".



**Filipe Antunes**  
Técnico Superior

Bacharel em Engenharia Rural e Ambiente (Escola Superior Agrária de Castelo Branco), Filipe Antunes entra na Pinhal Maior em 2002 na qualidade de estagiário. Fazer o levantamento/caracterização dos produtos do Pinhal Interior Sul foi o seu primeiro desafio. Segue-se a formação profissional, área em que acompanha dois cursos: um no âmbito do Programa Escolas-Oficinas do IEFP, outro do POEFDS. Pelo meio, dedicou especial atenção ao Floresta's - certame nacional organizado pela Pinhal Maior, em 2003 e co-financiado pela AIBT. Actualmente, Filipe Antunes acompanha os projectos LEADER+, "um programa-chave na região", defende. Natural de Oleiros, onde vive, Filipe Antunes lamenta ainda não ter tido tempo para terminar a licenciatura, o que espera fazer logo, afinal, "só faltam três cadeiras".



**Gracinda Sousa**  
Técnica

Há quase nove anos na Pinhal Maior, Gracinda Sousa colabora no acompanhamento técnico e financeiro dos projectos LEADER+. "Da recepção das candidaturas aos pedidos de pagamento, os projectos passam-me todos pelas mãos", diz, sem esconder que gosta do que faz. Paralelamente, organiza a contabilidade da associação (ordenados, segurança social, etc.) - tarefa que desempenha desde que entrou na Pinhal Maior, em Março de 1996. A oportunidade surgiu na hora certa, quando a empresa onde estava a trabalhar, em Lisboa, se preparava para fechar as portas. Além disso, o desejo também era regressar à Sertã, de onde é natural.

Um fim-de-semana no Pinhal Interior Sul

# À descoberta do património do Pinhal

A paisagem é uma imensidão de pinhais e serras, entrecortadas por rios e ribeiras. Evidente pela rica beleza natural e convidativa ao descanso. Mas, um olhar atento permite descobrir recantos de património histórico, arquitectónico e arqueológico. Segredos guardados no pinhal...

Picoto da Milriça. Centro geodésico de Portugal. O ponto mais central do nosso país é uma visita incontornável e o melhor local de partida para a viagem. Oportunidade única para desfrutar da paisagem de cortar a respiração e, porque não, visitar o Museu da Geodesia e conhecer o sistema de coordenadas geográficas usado em Portugal.

Ainda no concelho de Vila de Rei, aproveite para fazer um desvio em direcção à aldeia de Água Formosa. Uma das 20 que integram o programa de Aldeias de Xisto. Situada na freguesia de Vila de Rei, junto à Ribeira da Galega, apresenta unidade construtiva, com ruas estreitas a permitirem apenas a circulação de pessoas e animais.

Também pode tomar a EN2, atravessar o Milreu e rumar a Penedo Furado. É um maciço rochoso que se destaca da paisagem natural. Local muito arborizado, com várias quedas de água, e acesso a dois miradouros.

Antes de sair do concelho, não deixe de visitar algumas das 20 Conheiras espalhadas pelas freguesias do concelho. São aglomerados de pedras rolantes, designadas por conhos, que resultam da exploração de ouro por aluvião, na época romana e anteriores. O périplo garante uma deambulação pelo concelho.

Tempo de se pôr à estrada em direcção à Sertã. Visite a Igreja Matriz do séc. XV, e aprecie as talhas barrocas do altar-mor. De saída do povoado, e passada a Barragem do Cabril, encontra a estrada, assinalada por 14 cruzeiros, que leva ao Miradouro de Nossa Sra. da Confiança. O nome deve-se à capela aí localizada. Entre lapas e azinheiras, o monte guarda ainda vestígios de um antigo castro. Oportunidade para admirar a soberba panorâmica sobre o Zêzere, serpenteando entre os montes. Siga em direcção a norte, com um pequeno desvio para Pedrogão Pequeno, mais uma das Aldeias de Xisto no território, onde pode apreciar os altares e imagens da Igreja (séc. XVII), e apreciar a arquitectura de xisto.

É hora de rumar ao concelho de Oleiros, com paragem para visitar os vestígios do castro da Cova da Moura, na serra da Lontreira, e com destino na aldeia de Álvaro, a terceira Aldeia de Xisto encontrada no Pinhal Interior Sul.

Na povoação de Oleiros, a Igreja Matriz, templo de três naves, dos séc. XVI e XVIII, com altares esculpidos em talha dourada

e azulejos hispano-árabes, merece a visita. Ao lado, pode aproveitar para conhecer a Igreja da Misericórdia.

De volta à estrada, desvie até à cascata da cabeça do Murado, com 25 metros de altura, que fica próxima de Orvalho. Mas, se o sol ainda estiver alto e o calor apertar, mergulhe numa das várias praias fluviais, como Açude Pinto, Álvaro e Cambas. Sol e banhos é uma hipótese, mas pode simplesmente apreciar a paisagem.

Daqui a Proença-a-Nova é um pulo. Se deseja descansar e apanhar sol, o concelho tem algumas das melhores praias fluviais do país: Aldeia Ruiva, Malhadal e Fróia (distinguida com o Prémio Internacional do Ambiente) justificam que não esqueça o fato de banho em casa. Se prefere cultura e património, entre sem demoras na capital do concelho, para conhecer a Igreja Matriz, com três naves, colunas de granito e retábulo em talha do séc. XVIII na capela-mor. Ao sair, rume em direcção à ponte romana de S. Pedro de Esteval, que desfila os cinco arcos sobre a Ribeira de Pracana. Para os apreciadores de desporto e aventura, é incontornável uma visita à Pista das Moitas, onde o sky diving garante elevados índices de adrenalina.

Entrado no concelho de Mação, vai encontrar a Ponte da Ladeira, um pouco antes da Fonte e Termas da Ladeira. Estas termas, tal como as de Fadagosa, são procuradas por causa das águas, recomendadas pelas qualidades medicinais. A deslocação a Mação tem vários atractivos, mas a descoberta do Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo, guardião de testemunhos históricos e arqueológicos do concelho, é uma das mais singulares.

Seguindo paralelo ao sentido do Tejo, chega a Ortiga. Oportunidade para conhecer um lagar tradicional, com sistema de prensas. Contudo, se tiver a sorte de aqui estar durante o mês de Fevereiro, terá oportunidade de se deliciar durante o Festival da Lampreia. Um dos muitos exemplos da riqueza gastronómica da região (maranhos, bucho, cabrito estonado, achigã ou sável), com os quais pode ir pontuando a viagem ao ritmo dos sabores, e da admiração da paisagem.

João Limão



Centro Geodésico Portugal, Vila de Rei/Paula Matos dos Santos



Museu da Arte Pré-Histórica e do Sagrado, Mação/Paula Matos dos Santos

## para dormir

**Residencial Lar Verde**  
Sertã  
Tel. 274 603584

**Estalagem Vale de Ursa**  
Cernache do Bonjardim - Sertã  
Tel. 274 802981

**Estalagem das Amoras**  
Proença-a-Nova  
Tel. 274 670210

**Albergaria D. Dinis, O Lavrador**  
Vila de Rei  
Tel. 274 890100

**Residencial Mansinho**  
Mação  
Tel. 241 572585

## para comer

**Ponte Velha**  
Sertã  
Tel. 274 600160

**Farnado**  
Vale de Ursa - Proença-a-Nova  
Tel. 274 672872

**A Fonte Velha**  
Proença-a-Nova  
Tel. 274 672032

**Albergaria D. Dinis, O Lavrador**  
Vila de Rei  
Tel. 274 890100

**O Paraíso do Zêzere**  
Zaboeira - Vila de Rei  
Tel. 274 898688

**Kabra's**  
Ortiga - Mação  
Tel. 241 573346

**Casa Velha**  
Mação  
Tel. 241 572632

**O Prontinho**  
Oleiros  
Tel. 272 682338

**Dona Urraca**  
Oleiros  
Tel. 961603389

## para visitar

**Miradouro do Mosqueiro (Oleiros):** Seminário da Missões (Sertã); Centro geodésico de Portugal - Pico da Milriça (Vila de Rei); Museu das Aldeias (Vila de Rei); Ponte dos Três Concelhos (Vila de Rei); Aldeias de Água Formosa, Penedo Furado (Vila de Rei); Mação: Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado; Barragem da Ortiga; Termas da Ladeira dos Envidados; Cidadela de S. Miguel; Estações Romanas Vale do Junco e do Grou; Igreja Paroquial de Mação; Dolmen de Amêndoa; Oleiros: Parque Edício; Aldeia de Álvaro; Igreja Matriz; Praia Fluvial de Açude Pinto; Serra do Muradal; Estrada Panorâmica Madeira

Proença-a-Nova: Praias Fluviais: Aldeia Ruiva, Froia, Malhadal; Centro de Ciência Viva; Garganta Granítica do Vale do Almorão; Ponte Romana de S. Pedro do Esteval; Pelourinho de Sobreira Formosa; Centro de Paraquedismo das Moitas

Sertã: Igreja Matriz; Foz da Sertã; a ponte mais alta de Portugal; Barragem do Cabril/Miradouro da Senhora da Confiança; Praias Fluviais: Centro Náutico do Zêzere

Vila de Rei: Museu da Geodesia; Igreja Matriz; Ferndaires, Zaboeira

## para levar

**Cestaria:** enchidos; presunto; queijo de cabra; aguardente de Medronho

**Cartuchos de Cernache do Bonjardim:** fofas de Mação; peças em linho; cutelaria



## Montado de sobreiro da Charneca de Montargil

# Gestão florestal sustentável

O crescente aumento da população mundial durante a segunda metade do século XX levou à consciencialização da existência de problemas ambientais provocados por essa expansão. As questões de conservação da natureza e manutenção dos recursos entraram para a ordem do dia, sendo frequentes as notícias de activistas de organizações internacionais que actuam contra a destruição da floresta amazónica, do habitat do tigre da Malásia ou a caça à baleia no mar do Japão. Cada vez mais, a população mundial, sobretudo dos países ditos desenvolvidos, procura garantir que os produtos que consome, nomeadamente os produtos de origem florestal, provêm de sistemas geridos de uma forma sustentável.

O montado de sobreiro, sendo um sistema agro-silvo-pastoril fortemente intervencionado pelo homem desde há vários séculos, tem uma conotação de sustentabilidade e de manutenção à perpetuidade que é ferozmente defendida pelos seus proprietários. Porém, é necessário prová-lo, com base em premissas aceites internacionalmente, de forma a valorizar os seus produtos e responder às novas tendências de mercado.

Após a Terceira Conferência Ministerial para a Protecção das Florestas na Europa, realizada em Lisboa em 1998, optou-se por elaborar uma Norma Portuguesa de Gestão Florestal Sustentável, visto que as normas internacionais existentes não satisfaziam por completo as exigências dos critérios pan-europeus adoptadas nessa conferência. Deste modo, o Instituto Português da Qualidade (IPQ) criou a comissão técnica 145, constituída por diversos intervenientes do sector florestal português, desde a produção à indústria, que elaborou, com base nas Normas ISO 9001:2000 e ISO 14001:1996, a Norma Portuguesa (4406:2003) Sistemas de Gestão Florestal Sustentável – Aplicação dos Critérios Pan-Europeus para a Gestão Florestal Sustentável.

Esta norma permite a qualquer entidade, responsável por uma unidade de gestão florestal, seja individual, de grupo ou regional, definir a sua política florestal e os seus objectivos atendendo às exigências legais e aos aspectos sociais, económicos e ambientais relacionados com a gestão florestal. Através desta norma o gestor poderá implementar, manter e melhorar um sistema de gestão florestal sustentável; demonstrar, perante terceiros, a sua conformidade perante a política florestal interna definida; obter a certificação do seu sistema de gestão florestal sustentável por um organismo externo.

A Norma Portuguesa é constituída por seis critérios, como a Manutenção e aumento apropriado dos recursos florestais e o seu contributo para os ciclos globais de carbono" (Critério 1) e 25 indicadores, como o armaze-



Fundação João Lopes Fernandes

namento de carbono (indicador 1.3), a densidade de pontos de água (Indicador 2.3), pragas e doenças (indicador 2.6) ou o acréscimo médio anual da produção principal (indicador 3.2), cuja sua verificação permite a demonstração da gestão florestal.

O passo inicial deste processo passa pela compilação de toda a informação base sobre a exploração ou unidade de gestão, por parte do gestor, e a elaboração de um Plano de Gestão Florestal, que consiste num documento com a descrição da unidade de gestão, os seus objectivos e a sequência prevista de intervenções e respectivas responsabilidades, incluindo acções de melhoria do desempenho. Este plano deve ser revisto periodicamente e incorporar todas as alterações que venham a surgir durante a sua operacionalização.

Só através deste processo se poderá garantir a um consumidor de vinho francês, americano ou chileno que, ao tirar a rolha de cortiça da sua garrafa, esta é originária de um sistema que tem uma gestão florestal sustentável, ou seja que é gerido de uma forma e a um ritmo que mantém as suas biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade, e o potencial para satisfazer, no presente e no futuro, funções ecológicas, económicas e sociais relevantes aos níveis local, nacional e global, não causando danos a outros ecossistemas.

**Pedro Pacheco Marques**

Secretário-Geral da Fundação João Lopes Fernandes

### Fundação João Lopes Fernandes

A Fundação João Lopes Fernandes, criada em 2003, é a entidade responsável pela execução do estudo preliminar dos requisitos necessários para a implementação e demonstração da Gestão Florestal Sustentável no montado de sobreiro da Charneca de Montargil, com base na Norma Portuguesa 4406:2003, tendo em vista a certificação regional dos montados de sobreiro.

O estudo - um projecto financiado pelo programa LEADER+, através da LEADERSOR - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor -, prevê: a caracterização actualizada da área de sobreiro na Charneca de Montargil (concelho de Ponte de Sor, a maior parte dos concelhos de Avis e de Gavião e parte significativa dos concelhos de Alter do Chão e de Mora) - que representa 24 por cento da área nacional de sobreiro, contribuindo com 12,3 por cento da produção mundial de cortiça; a caracterização das explorações agro-florestais; e a análise da informação recolhida e produção de um relatório final.

Mais informações disponíveis na página da Fundação na Internet: <http://fundacaojlf.no.sapo.pt>

# Rumo ao desenvolvimento sustentável da floresta



O Homem desenvolveu de tal forma as suas actividades, que os atentados ao mundo rural em geral, e à floresta em particular, delas decorrentes, apresentam um carácter global preocupante.

A migração/emigração, o consequente abandono do interior do país e, por inerência, o abandono das actividades agrícolas, o lucro fácil, a sobre-exploração dos recursos e os incêndios florestais, têm vindo a modificar a natureza das relações entre o homem e o ambiente. Estes factores apresentam-se como motores da deterioração do mundo rural contra a qual esbarram todas as tentativas de ordenamento.

Ao modificar as conexões entre os principais intervenientes neste sistema tão complexo, e concomitantemente frágil, com claros prejuízos globais ao nível do equilíbrio do ecossistema, as transformações fazem-se sentir ao nível ambiental e social.

Com o despertar das consciências/sensibilidades para estas "novas" realidades, quer por parte da opinião pública, quer dos poderes políticos, surgiram os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ou seja, o aproveitamento dos recursos naturais pela geração presente para satisfazer as suas necessidades, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras em satisfazerem as suas.

Assim, ao efectivar a administração e utilização das florestas e terras florestais, de tal forma e a um tal ritmo que mantenha a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade e potencial para desempenhar, no presente e no futuro, funções ecológicas, económicas e sociais relevantes aos níveis local, nacional e global, não causando danos aos outros ecossistemas, estaremos a efectuar a promoção de uma Gestão Florestal Sustentável.

URZE

É pacífico, e do entendimento geral, que a floresta é um recurso essencial não só enquanto geradora de riqueza (pelo seu valor comercial e pelos postos de trabalho inerentes), mas também pelos benefícios indirectos que fornece como a qualidade do ar e da água, os recursos silvestres, como os cogumelos e a apicultura, a preservação do solo e a própria paisagem. Contudo, o desordenamento do território tem-se feito repercutir na produtividade, na perda de eficácia e no onerar dos custos associados à manutenção de espaços minifúndio, ou melhor de "microfúndio". Em consonância com o referido, e para que possa ser efectuada uma Gestão Sustentável terá, sem margem para dúvidas, que ocorrer uma organização do espaço, quer local quer regional, o aproveitamento dos diferentes usos múltiplos da floresta e uma gestão profissional eficiente e eficaz do espaço. A satisfação, *ab initio*, destas condições tornará o investimento menos incerto de retorno pois ocorrerá um menor risco de incêndio, uma maior produtividade com melhor qualidade da matéria-prima e, consequentemente, um maior rendimento para os proprietários. Sem prejuízo do mencionado ocorrerá também a geração de outros bens essenciais de valor ambiental e social bem como uma promoção do desenvolvimento rural.

Tendo como génese esta linha de pensamento e estratégia, várias entidades tem desenvolvido projectos de gestão conjunta de espaços florestais. A URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela, tem sido pioneira neste designio, desenvolvendo há dois anos um trabalho de proximidade com algumas dezenas de pequenos proprietários, tendo já criado duas Unidades de Gestão Florestal: Malhão (Seia) e Farvão (Gouveia). Estas unidades visam o ordenamento e a defesa da floresta contra incêndios, bem como uma maior rentabilidade dos recursos florestais. A URZE apresentou também a candidatura para a constituição de uma ZIF (Zona de Intervenção Florestal), com uma área de 3.400 hectares e, desde Abril de 2005, gere os antigos Viveiros Florestais de Folgoso, com vista à produção de plantas folhosas de qualidade, adaptadas à montanha e a criação de um espaço de educação ambiental. São os primeiros passos de uma longa caminhada rumo ao desenvolvimento sustentável da floresta...

**Rui Xavier**  
Coordenador da URZE

## URZE

A URZE encara a floresta como um elo de ligação entre a ecologia e a economia. O abandono dos campos e da serra, a desertificação dos solos, o flagelo dos incêndios florestais e a inexistência de uma estrutura que pudesse aconselhar e apoiar os pequenos proprietários (80 por cento da propriedade tem menos de dois hectares), foram as razões que levaram à sua criação, em 1999.

A gestão e o planeamento da floresta na encosta noroeste da Serra da Estrela - concelhos de Gouveia, Manteigas e Seia - constituem, paralelamente à criação de uma cultura florestal, uma das suas grandes preocupações e prioridades em matéria de política florestal.

A URZE tem ao seu serviço uma equipa constituída por seis técnicos superiores (das áreas da Engenharia Florestal, Ordenamento do Território, Ambiente e Engenharia Agrária) e 16 sapadores, e conta actualmente com 528 associados. O crescente número de associados no concelho de Seia conduziu à abertura de um núcleo da URZE nesta cidade, em 2003.

A URZE é uma das maiores associações florestais no Movimento Associativo Florestal Nacional, e uma das duas associações florestais reconhecidas como ONGA - Organização Não Governamental de Ambiente.

A URZE é associada da ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, entidade gestora do programa LEADER+ na Serra da Estrela (concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia).

### URZE

R. Cidade da Guarda - Edifício da Central de Camionagem  
Gouveia  
Tel.: 238 498160  
E-mail: urze.estrela@gmail.com

## Colóquio Internacional de Palmela

## (R)estabelecer o contacto



Maria do Rosário Aranha

Cerca de 200 desassossegados percorreram, de 3 a 6 de Dezembro, quilómetros de estrada e de campo entre os concelhos de Palmela, Ferreira do Alentejo e Odemira, com uma paragem na Loja "Portugal Rural" em Lisboa. Vieram dos quatro cantos do mundo, primeiro para conhecerem agricultores e consumidores portugueses mutuamente comprometidos, depois para reflectir e discutir sobre o conceito das novas formas de engajamento entre cidadãos das zonas urbanas e rurais. Num quadro que tem como referência o desenvolvimento sustentável, as preocupações chamam-se: preservação do património natural e cultural comum, construção de laços sociais e duma cidadania activa; e busca da qualidade de vida, nomeadamente duma alimentação sã. Do fim-de-semana

de visitas ao(s) terreno(s) e do colóquio de dois dias no Cine-Teatro São João, em Palmela, resultou: o compromisso de constituir formalmente a rede internacional URGENCI.

O roteiro do colóquio para além de "variações" sobre o conceito em questão, como a "Aplicação a outros sectores", a "Integração a outras formas de ligações entre o meio rural e o meio urbano", os "Ensinamentos do conceito para as políticas públicas" e a "Cidadania numa abordagem territorial", contemplou também duas sessões trabalho de grupo, subdivididas cada uma em três ateliers, nomeadamente sobre "Como realizar uma estrutura C.S.A. (Community Supported Agriculture) / AMAP (Association pour le maintien de l'agriculture paysanne) / RECIPROCO (Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores)?: Iniciar, Diversificar, Viabilizar; "Como abrir a participação?": Mobilizar e Organizar os Consumidores, Instalar os Agricultores através da Compra de Terrenos, Permitir o Acesso às Populações com Fraco Rendimento. As conclusões e propostas que resultaram destes seis ateliers ficaram inscritas no "muro da rede", instrumento de trabalho e reflexão, testemunho de todos os passos do colóquio e de comentários individuais por parte de alguns dos participantes. Este muro, constituído por cinco colunas: Informação e Trocas, Acções Comuns, Diálogo Político, Ligações com outras Redes e Constituição Formal de uma Rede Internacional, devidamente preenchidas, foi objecto de votação em plenário por parte dos participantes, convidados a eleger as acções e medidas prioritárias dentro de cada eixo. Após a formação de cinco equipas, responsáveis pela construção de um plano de acção e realização dos objectivos para cada eixo, procedeu-se à nomeação de um Comité de Instalação de oito pessoas, responsável pela constituição da rede internacional URGENCI.

Maria do Rosário Aranha

## O Projecto RECIPROCO e as ADL LEADER+

Numa reunião que decorreu em Lisboa, no dia 28 de Novembro, ficaram definidos três grupos de ADL LEADER+, envolvidas no projecto RECIPROCO:

- primeiro grupo: ADREPES, ADDLAP e CORANE - bem integradas no projecto, estão na fase de lançar o sistema Reciproco, contando já para esse efeito com agricultores identificados e mobilizados e consumidores em fase de mobilização;
- segundo grupo: ADER-SOUSA, APRODER, ADL e ESDIME - já tiveram uma reunião de apoio do projecto e não avançaram mais depois disso, mas confirmaram na reunião a sua intenção e o seu interesse em relançar o processo;
- e o terceiro grupo: ROTA DO GUADIANA, MONTE e ADICES - ainda não tiveram reunião de apoio do projecto mas demonstraram o seu interesse em participar no projecto.

O *Pessoas e Lugares* foi ao encontro de um leque multicultural de participantes e pediu-lhes "a quente" as suas impressões pessoais sobre o colóquio. Excertos de conversas de corredor:



Morvan Salez  
AMAP des "Jardins de Cérés", França

Gostei de ver a experiência da Taipa com os agricultores, tentam trabalhar em conjunto com os consumidores com muito entusiasmo, mesmo se noto que é ainda difícil encontrarem consumidores. Eles estão no bom caminho. Também seria bom que jovens agricultores se juntassem a eles com o objectivo de prolongar e perpetuar estas experiências, tentando também pôr a trabalhar em conjunto todos os actores.



Denise Vuillon  
Na origem da 1ª AMAP, AMAP des Olivades, França

Fiquei emocionada com a expressão dos produtores que precisam mesmo de apoio. Um sistema como o AMAP trazer-lhes a maior confiança e segurança. O nosso trabalho consiste também em dizer ao consumidor: «é necessário valorizar o trabalho do agricultor, ele é dono de um saber-fazer extraordinário, é a maneira dele produzir que vai garantir segurança e autonomia alimentar em torno das cidades». Em contrapartida ao agricultor dizemos, «estes consumidores estão dispostos a pagar antecipadamente a sua colheita, não baixe os braços, pode contar com eles».



Shinji Hashimoto  
IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements) JAPAN, Japão

Vimos o exemplo de uma família de pequenos agricultores que praticava uma agricultura tradicional, apoiada pelos consumidores. Não era uma agricultura exactamente orgânica mas para lá pode caminhar. No Japão a consciência do agricultor é muito elevada quando se trata de perceber como é que se deve comunicar com os consumidores. Os agricultores aqui necessitam de alguma formação, de forma a melhorar as suas técnicas. No futuro talvez possam vir a praticar uma agricultura orgânica, mas antes de mais têm que ser formados.



Ana Vasconcelos  
Doutoranda em Food Design - Instituto Europeu de Design de Milão, Portugal

Os agricultores receiam estar muito atrasados relativamente a todo este movimento. Aham que os sistemas biológicos estão muito distantes deles. A mensagem que tentámos transmitir é que eles têm que apostar nessa via e começar a pensar em termos de sistemas ecológicos. É a única alternativa a nível de desenvolvimento local para sobreviver ao peso de uma produção industrial. Daí também um dos assuntos fundamentais em debate ser a questão da educação. Por outro lado, é preciso levar as pessoas, outra vez, à terra para perceberem que essa relação faz sentido, em termos de ecologia, de saúde, de boa alimentação.



Mikel González Ateka  
COAG (Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos) - Andalucía, Espanha

Apresentaram-nos experiências de França, de Suíça, dos Estados Unidos de América... que dizem respeito a uma fracção muito pequena da população, a que não tem problemas em ter acesso a comida de qualidade e a um ambiente saudável. Todavia, o resto da população que tem problemas não está aqui representado. É para eles que nós queremos trabalhar, para os que não têm acesso a comida de qualidade. Queremos que sejam os agricultores, que estão a abandonar as suas explorações, porque não conseguem vender os seus produtos a um preço remunerativo e digno, a encontrar um acordo e elaborar estratégias, não os consumidores. Sabemos que a nossa luta tem que ser em prol dos mais desfavorecidos do resto da sociedade.



Vanaja Ramprasad  
Green Foundation, Índia

O maior problema é os agricultores produzirem mas não terem mercado. Enquanto todos os cientistas, burocratas e políticos continuarem a falar do crescimento da produtividade, não estão preocupados com os rendimentos para o agricultor. Esse problema é idêntico na Índia e aqui. O que é produzido localmente deve ser consumido localmente. Acontece que os alimentos são transportados. Existem estatísticas que mostram que um copo de iogurte na Europa pode viajar cerca de dois mil quilómetros desde o sítio onde é produzido até ao sítio onde é entregue. As pessoas deveriam perceber que têm que comer a comida da estação. Não deveriam pensar em comer morangos o ano todo, é contranatural. As pessoas não estão sensibilizadas para os problemas de ambiente e dos agricultores. A menos que ganhem alguma consciência e comecem a participar em projectos semelhantes a estes, será difícil ver este conceito transposto para uma escala maior.

Desenvolvimento rural na Finlândia

# Aplicações estratégicas para 2007-2013

Iniciado o processo de selecção dos GAL em 2005 e com a fase de aprovação a decorrer, a Finlândia é um dos Estados membros mais avançados na implementação da abordagem LEADER no próximo plano estratégico nacional para o desenvolvimento rural.

Uma estratégia rural nacional e dois programas de desenvolvimento rural, um para a Finlândia continental e outro para as ilhas Åland, estão a ser preparados, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1698, de 20 de Setembro de 2005, para o período de programação de 2007-2013.

A abordagem LEADER faz parte destes programas e pode ser aplicada a todos os eixos, pois o objectivo é que a actividade dos GAL (Grupos de Acção Local) cubra todas as áreas rurais da Finlândia.

No ano de 2005 foram elaboradas e entregues as candidaturas dos actores locais e até 15 de Maio de 2006 um Grupo de Trabalho está a processar todas as candidaturas, após o qual emitirá um parecer (os representantes dos GAL não tomam parte deste Grupo de Trabalho) que será a base de uma primeira resposta do Ministério da Agricultura e Florestas.

Em conformidade com esse parecer os GAL podem fazer alterações (até 29 de Setembro), após o qual a candidatura voltará a ser observada no Ministério e reenviada para unidades regionais de gestão do programa de desenvolvimento rural regional. A decisão final será tomada logo que a Comissão aprove o programa de desenvolvimento rural para a Finlândia continental.

## Critérios de avaliação

A avaliação das candidaturas dos GAL inclui dois tipos de critérios: os definidos para a selecção dos GAL LEADER e os critérios definidos para a análise dos programas de desenvolvimento rural.

### I - Critérios definidos para os GAL LEADER

1. a área operacional dos GAL deve ser definida com clareza, sem necessidade de limitações na base de fronteiras administrativas. Não pode existir sobreposição entre territórios de GAL e estas fronteiras têm de estar definidas até 29 de Setembro de 2006;
2. da definição de território do GAL deve constar a população e as razões da acção local a desenvolver, bem como os recursos financeiros e humanos. Dado que a abordagem LEADER é um instrumento de desenvolvimento para áreas rurais, todos os municípios, vilas ou cidades com menos de 20 mil habitantes são considerados como áreas rurais na sua globalidade;
3. o GAL deve ser um actor legal e competente nesta área. Todos os actores da área devem ter a oportunidade de se tornarem membros do GAL. O número de membros do GAL deve ser alargado e incluir representantes da administração pública, empresas, comunidades e indivíduos;
4. a Direcção do GAL deve seguir o princípio da tripartição, correspondente a uma representação equitativa de um terço nos órgãos de decisão do GAL, dividido por municípios (Governo local), comunidades (organizações, associações) e indivíduos locais (indivíduos e pequenas empresas);
5. os GAL devem ter capacidade económica e técnica para assegurar as tarefas administrativas.

### II - Critérios estabelecidos para análise dos programas de desenvolvimento rural

O Programa Local LEADER deve:

1. ser preparado de forma aberta, segundo o princípio "bottom-up", com descrição do processo de preparação e actores envolvidos e com detalhes sobre cooperação, disseminação de informação e envolvimento dos actores. Os objectivos e operações devem ter base local;
2. criar condições para novos modelos de desenvolvimento do território e contribuir para o aumento da qualidade de vida das populações. Os objectivos devem contemplar o aparecimento de emprego e de oportunidades, bem como o desenvolvimento de actividade económica no território;
3. descrever e analisar a situação do território, com inclusão de estratégia e prioridades de desenvolvimento, definidas pelos GAL;
4. diferenciar objectivos e medidas diferenciadas para mulheres, homens e crianças, com a possibilidade de inclusão de medidas direccionadas para outros grupos e seguir princípios de desenvolvimento sustentável;
5. definir com clareza a cooperação, coordenação e complementaridade com outros actores e programas, nomeadamente em coordenação com o programa de desenvolvimento rural regional;
6. explicitar a troca de conhecimentos e divisão de responsabilidades de financiamento, acordada entre municípios, centros regionais de serviços financeiros e associações financeiras de nível regional;
7. incluir a estimativa das necessidades de financiamento público e privado, com referência à estimativa para as prioridades seleccionadas pelo GAL, e das medidas em que vai ser usado o financiamento;
8. indicar que os municípios se comprometem a contribuir com 20 por cento do financiamento público recebido pelo GAL no programa de desenvolvimento rural para a Finlândia continental, excepto no eixo 2, que não contempla financiamento municipal.

Características de um bom programa de desenvolvimento rural para a entidade gestora do Programa LEADER na Finlândia:

- deve ter uma estratégia lógica e clara, em que as experiências anteriores dos GAL são analisadas e tomadas em consideração no planeamento da estratégia e prioridades do programa;
- deve ser coerente, assente nas potencialidades do território e encontrar soluções para os constrangimentos;
- deve ser exequível e realista, incluindo ideias e soluções inovadoras para o território, demonstrando que estão ao alcance dos actores rurais;
- deve contemplar a cooperação com grupos diversos, em que o papel do GAL entre os actores regionais seja claro e funcional;
- deve incluir planos para envolver activamente os habitantes do território e os diferentes grupos populacionais;
- deve incluir indicadores claros para monitorizar a concretização de objectivos e um plano para a implementação do programa;
- deve contar com outros financiamentos para a implementação do programa ou para as actividades.

Maria do Rosário Serafim  
Rede Portuguesa LEADER+

Fonte: Application guidelines for potential LEADER Local Action Groups (LAGS) in continental Finland during the programming period 2007-2013



# Programa LEADER na Áustria (2007-2013)

## Grupos de Trabalho para o planeamento do programa

Um encontro realizado em Novembro de 2004 marcou o início do novo programa de desenvolvimento rural nacional e do próximo LEADER, na Áustria. Mais de 400 especialistas e agentes de desenvolvimento rural participaram neste evento e, na sua sequência, criaram-se grupos de trabalho para cada um dos três eixos do programa de desenvolvimento rural.

## O LEADER e o eixo 3

O LEADER será implementado, na Áustria, principalmente, através do eixo 3 e o seu planeamento decorre desse enquadramento. No grupo de trabalho do eixo 3 e do LEADER os especialistas responsáveis do Ministério da Agricultura, das Florestas, do Ambiente e da Gestão das Águas, assim como representantes de outros Ministérios e Estados federais, têm trabalhado no desenvolvimento da estratégia austríaca e do programa operacional para o Vector 3 e para o LEADER. ONGs, parceiros sociais e actores locais de diversos grupos têm contribuído para o desenvolvimento do programa, através dos seus pontos de vista. Além disso, existe um sítio *web* do Ministério que contém todos os documentos actualizados sobre o planeamento do programa e que aceita sugestões relativas ao programa.

## Calendário

A Estratégia Nacional para o Programa de Desenvolvimento Rural da Áustria estará finalizada no início de 2006 e o Programa Nacional para o Desenvolvimento Rural estará provavelmente completo no início de 2007. O objectivo é ter concluído o programa nacional no início de 2007, a fim de ser submetido à Comissão para aprovação. Depois da aprovação do programa nacional decorrerá, em 2007, o processo de selecção dos territórios LEADER austríacos.

## Estratégias de desenvolvimento regional

Um importante critério de selecção dos territórios LEADER advém do facto de que os programas regionais serem da autoria dos próprios agentes regionais (processo *bottom-up*). Por isso, o processo de concepção dos programas regionais está concebido de um modo que é fácil acompanhar. As estratégias tornam-se também mais articuladas e abordam temas específicos. Isto significa que se pede às regiões que apresentem as suas posições acerca de temas estrategicamente importantes tais como, *energias renováveis, cooperação entre turismo e agricultura, qualificação e novas tecnologias*. Este processo permite um acompanhamento mais eficiente do programa, bem como o estabelecimento de prioridades, dois aspectos importantes para uma concepção rigorosa das políticas de desenvolvimento rural.

## Aplicação obrigatória da metodologia LEADER

Embora menos aprofundado, ainda que relevante, equaciona-se a obrigatoriedade de certos projectos tipo puderem desenvolver a abordagem LEADER, no caso de serem implementados numa área LEADER.

Como um ponto essencial no desenvolvimento rural, o tema da *utilização de produtos base renováveis*, energia renovável, por exemplo, poderia ser objecto de implementação compulsiva nos territórios LEADER, através da metodologia LEADER, desde que, neste caso, a coordenação e cooperação regionais possam trazer benefícios para o projecto. Em princípio, esta abordagem parece razoável para um certo número de temas essenciais, como sejam, os projectos de qualificação coordenada ou medidas para a cooperação intersectorial.

Markus Hopfner

Ministério da Agricultura, Florestas, Ambiente e Gestão das Águas

# Conferência “Empreender no (G)Local”

Na Conferência Internacional “Empreender no (G)Local”, que teve lugar a 16 de Dezembro de 2005, no NERVIR, em Vila Real, apresentaram-se as práticas bem sucedidas desenvolvidas desde 2002 pelo projecto GLOCAL a serem disseminadas e replicadas no resto do país bem como as actividades da 2ª fase do projecto.

Na 1ª fase do GLOCAL (2002-2004), projecto co-financiado pelo programa EQUAL, foram experimentadas, na região de Trás-os-Montes e Alto Douro soluções inovadoras de desenvolvimento local e de empregabilidade para públicos mais desfavorecidos, pela via do empreendedorismo, que ao mostrarem evidências e potencial de disseminação serão agora replicadas a nível nacional. Desde 2002, além de todas as actividades de sensibilização das populações para o auto-emprego e a criação de empresas, informação, orientação e apoio aos empreendedores na criação das suas empresas, foi concebido pela parceria do projecto (Superação SPA Consultoria, NERVIR - Associação Empresarial,

Cooperativa Cultural Voz do Marão, Alto Fuste e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) um conjunto de serviços e recursos de apoio ao empreendedorismo de entre os quais se salientam o manual “Criar e Consolidar Empresas (G)Locais – passo a passo” e a metodologia “Oportunidades em Meio Rural/Indicador de Oportunidade Sustentável”. Foi, também, criado, experimentado e validado o primeiro sistema de microcrédito regional em Portugal em parceria com as Caixas de Crédito Agrícola – o SIM – que além de ter recebido o reconhecimento de iniciativa exemplar pela Comunidade Europeia, vai ser agora replicado a nível nacional em parceria com a MINHA TERRA - Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local.

Luís Chaves

Minha Terra

# Lançamento de “Apontamentos Apícolas”



Foi lançado no passado dia 7 de Dezembro - dia de Santo Ambrósio, Padroeiro dos Apicultores -, o livro “Apontamentos Apícolas”, da autoria de José António Silva. A publicação surge no âmbito do projecto LEADER+ “Acompanhar para Formar - formação aos apicultores das ilhas do Pico e Faial”, uma parceria entre a Adeliçor - Associação Para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores e a Secretaria Regional de Agricultura e Florestas, através da Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário, que decorreu durante os meses de Maio, Junho e Julho naquelas ilhas.

A formação teve como objectivo dar a conhecer aos apicultores das Ilhas do Pico e Faial as condições de produção de mel, de acordo com as regras comunitárias, visando a revitalização da produção e a certificação do produto.

Os conhecimentos de José António Silva, um apicultor com 50 anos de experiência, cujo gosto pela actividade foi despertado pelo seu avô, em muito contribuíram para o sucesso desta formação. Ao longo de vários anos, através da observação da floração e do comportamento das abelhas, José António Silva tornou-se

um autodidacta e um verdadeiro mestre da apicultura. A informação recolhida possibilitou a elaboração desta publicação - apoiada pelo LEADER+ - que, segundo o autor, pretende abordar “tão somente, assuntos de interesse geral relativos à montagem e condução do apiário”, e através da qual se espera consolidar os conhecimentos de todos aqueles que já se dedicam à apicultura, e incentivar também o gosto nas camadas mais jovens para esta prática.

A cerimónia de lançamento do livro, organizada pela Adeliçor e Junta de Freguesia do Capelo, na sede desta, contou com as presenças do Secretário da Agricultura e Florestas, Noé Rodrigues, do presidente da Junta Freguesia do Capelo, Luís Garcia, do presidente da Direcção da Adeliçor, Orlando Rosa, de representantes das autarquias locais, dos Serviços de Desenvolvimento Agrário do Faial, dos Serviços Florestais, dois declamadores - Luís Prieto e Vítor Rui Dóres - que disseram sobre o Santo Padroeiro dos Apicultores, dos participantes da formação, do corpo técnico e directivo da Adeliçor e familiares e amigos do autor do livro. O evento terminou com uma sessão de autógrafos e “Sabores a Mel”, um momento para degustar os diversos sabores de produtos confeccionados com o “néctar dos deuses”.

Sónia Borges

Adeliçor

## Seminário “Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013”

## Desenvolver Portugal

Em Junho de 2005 foi aprovada a proposta de Regulamento do FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Apoio ao Desenvolvimento Rural, que define o sistema de incentivos para as zonas rurais a adoptar no período 2007-2013 e determina a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural.

Em Dezembro, dia 14, a Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local considerou oportuno promover uma reflexão sobre os grandes desafios que se colocam aos espaços rurais, no sentido de apresentar um modelo de desenvolvimento rural e uma estratégia para o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013.

O evento teve lugar no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, e contou com as presenças de cerca de 160 participantes, designadamente, da Administradora da Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Rural da DG AGRI da Comissão Europeia, Elena Saraceno, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas, Rui Nobre Gonçalves, que encerrou os trabalhos, e de conceituados especialistas portugueses convidados para a mesa.

Convidada a abrir os trabalhos, a Administradora da Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Rural da DG AGRI da Comissão Europeia, Elena Saraceno, deu a conhecer as orientações estratégicas da Comissão Europeia para a programação do Desenvolvimento Rural para 2007-2013, concretizadas em três grandes eixos: melhorar a competitividade das empresas agrícolas e florestais, através de ajudas para a reestruturação, desenvolvimento e inovação (Eixo 1); melhorar o ambiente das zonas rurais através de ajudas à utilização das terras (Eixo 2); melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais e apoiar a diversificação das actividades económicas (Eixo 3). Podendo aplicar-se em qualquer destes eixos de natureza temática, existe um quarto eixo relativo à implementação de estratégias de desenvolvimento local através do método LEADER. Identificar as prioridades nacionais para cada um dos eixos onde se quer utilizar o enfoque LEADER, os indicadores de base, de contexto e de impacto que se querem utilizar para avaliar o progresso, os tipos de território rural que se quer dar prioridade, e as necessidades a nível local para ter uma visão de conjunto, são, segundo Elena Saraceno, os aspectos a considerar nos planos estratégicos nacionais.

Três especialistas na temática do desenvolvimento rural - Miguel Freitas, professor na Universidade do Algarve e ex-Director Geral do Desenvolvimento Rural, Arlindo Cunha, economista e ex-Ministro da Agricultura e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e Fernando Oliveira Baptista, professor no Instituto Superior de Agronomia - num painel moderado pelo presidente do Monte - Desenvolvimento no Alentejo Central, Prof. Eduardo Figueira -, apresentaram algumas reflexões sobre a política de Desenvolvimento Rural para 2007-2013 e a sua aplicação em Portugal.

Miguel Freitas defendeu quatro ideias-chave para a programação no período no quadro do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural: novas abordagens na engenharia de programação, procurando um maior cruzamento entre abordagem sectorial e abordagem territorial; maior concentração estratégica de recursos para o apoio a iniciativas que estimulem economias de escala, de aglomeração e de gama; novos modelos de financiamento que respondam de forma flexível, mas também mais eficiente às necessidades objectivas de empresas, organizações e territórios; nova institucionalidade articulando entidades públicas, privadas e associativas numa administração de missão para a concretização dos objectivos do programa.

Arlindo Cunha, centrou-se nos desafios do mundo rural em Portugal, perante os seus problemas e as respostas da nova Política de Desenvolvimento Rural da UE, e esta é a Política de Desenvolvimento Regional. Perante um balanço indiscutivelmente positivo da abordagem LEADER na UE e em Portugal, o economista sublinhou a importância de não se perder a experiência da metodologia LEADER, embora o “cenário mais provável é virmos a ter um valor inferior ao de 2000-2006”.

Fernando Oliveira Baptista apresentou uma análise retrospectiva das políticas de desenvolvimento rural no passado recente referenciando-as aos eixos do actual FEADER, concluindo que, em termos globais e médios, a competitividade da agricultura portuguesa em relação à Europa não aumentou. Por outro lado, com raras excepções, a política agro-ambiental em Portugal foi uma política de redistribuição de rendimento. Em termos de diversificação, embora com um balanço menos negro, o investimento em caminhos, património e electrificação aponta para uma necessidade de alterar o modelo. O professor do Instituto Superior de Agronomia realçou a abordagem territorial, a participação e a transparência como características da metodologia LEADER e desafiou os responsáveis a incorporá-las no planeamento futuro.

Na sua comunicação, Regina Lopes, presidente executiva da Minha Terra, identificou as linhas estratégicas de intervenção propostas pela Federação e associações suas federadas para 2007-2013, que se inserem nos objectivos definidos pela Comissão Europeia, enquadráveis em quatro eixos fundamentais - cooperação territorial, interterritorial e criação de redes; competitividade e emprego; coesão territorial; cidadania -, e apresentou um modelo de concepção, implementação e gestão das políticas públicas em meio rural. “Um modelo que vai ao encontro das tendências mais actuais de gestão do interesse público e rompe com concepções e métodos convencionais de intervenção no espaço rural”, salientou. Um modelo experimentado e implementado durante mais de 15 anos - metodologia LEADER - e que reúne um conjunto de especificidades essenciais ao exercício pleno da cidadania e ao aprofundamento da democracia: abordagem territorial; abordagem integrada e multisectorial; abordagem local e ascendente; a parceria local; inovação; organização em rede e cooperação; autonomia e descentralização das decisões e da gestão. “Um modelo simples, flexível e fácil de implementar, porque esta metodologia já fez escola e tem praticantes”, acrescentou, alertando para o facto de se tratar de “um modelo que, para o seu bom funcionamento, requer um aprofundamento da parceria público-privada”.

A Minha Terra manifestou, deste modo, a sua “total disponibilidade para funcionar como interlocutor do Estado na formulação e execução de políticas públicas e para participar aos diferentes níveis, quer na preparação do documento nacional sobre a estratégia de desenvolvimento do país para o próximo período de programação - o QREN -, quer face aos decorrentes programas operacionais e ao programa de desenvolvimento rural”. Documento, cuja discussão será iniciada a curto prazo, como referiu o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas, Rui Nobre Gonçalves, no encerramento dos trabalhos. (Ver pág. 3)

Paula Matos dos Santos



Três Projectos LEADER

“Três projectos LEADER” é uma mostra de 144 projectos desenvolvidos por 48 associações de desenvolvimento local, no âmbito dos programas LEADER, LEADER II e LEADER+.

A iniciativa, que surge no contexto das actividades desenvolvidas no Sementes de Futuro - projecto que está a ser implementado no âmbito do programa LEADER+ -, deu origem a uma exposição e uma brochura, lançadas no seminário “Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013”. Esta mostra é um retrato incompleto, mas abrangente, da intervenção intensa e diversificada destas associações em áreas tão distintas como artesanato, pequena indústria, turismo, cultura,

ambiente ou intervenção social, e em territórios geograficamente variados, correspondentes aos quatro pontos cardeais de Portugal continental e ilhas.

Museus, centros de interpretação, unidades e turismo, restaurantes, lojas e oficinas de artesanato, quintas pedagógicas, unidades de transformação, empresas de desporto, acções de sensibilização, mostras, exposições, jornadas, ou estudos, são a imagem da diversidade. Uma multiplicidade de intervenções multi-sectoriais, que deixam perceber que a dinâmica empreendedora do mundo rural português está distante de se fixar na agricultura, apontando novas lógicas de actuação.



### Um Cordão Verde para o Sul de Portugal

Coordenação: Clara Landeiro, Mariana Oliveira, Mónica Martins; Associação de Defesa do Património de Mértola, 2003

O WWF Med PO (Fundo Mundial para a Natureza, Programa Mediterrânico) - uma das ONG mais reconhecidas pelo seu trabalho na área da conservação da natureza e protecção do ambiente - identificou o Sul de Portugal como uma região de elevado valor para a conservação da natureza, tendo lançado a iniciativa "Um Cordão Verde para o Sul de Portugal", em 2001.

Esta publicação baseia-se no estudo técnico que constituiu a primeira fase do projecto Cordão Verde "A Landscape for People and Nature: the Southern Portugal Green Belt", concluído em Abril de 2002, e que consistiu na análise de oportunidades e ameaças que se colocam ao futuro desta área de Portugal.

O Cordão Verde português inclui o Vale do Guadiana, Serras do Caldeirão, Monchique e Litoral Alentejano e estende-se ao longo de aproximadamente 4.750 km<sup>2</sup>. Nestes locais situa-se a mais extensa e significativa mancha florestal de vegetação mediterrânica de baixa montanha do país. São actualmente parceiros do Cordão Verde o WWF, a ADPM, In Loco, Vicentina, ADL, Esdime, Alentejo XXI, Rota do Guadiana e Terras do Baixo Guadiana. Este conjunto de parceiros desenvolve um projecto de cooperação nacional no âmbito do programa LEADER+. Existem ainda protocolos com o Instituto da Água, Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências de Lisboa e a Liga para a Protecção da Natureza.



### O sobreiro e a cortiça

Texto e coordenação AGRO.GES - Sociedade de Estudos e Projectos, Lda.; Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 2000

A publicação, bilingue (português/inglês), editada pela Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, com o apoio financeiro do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola e do Estado Português, é da responsabilidade das entidades promotoras do Congresso Mundial do Sobreiro e da Cortiça, realizado em Lisboa em 2000.

O texto, parcialmente baseado na vasta obra do Prof. Joaquim Vieira Natividade - investigador e autor da mais completa bibliografia existente sobre subericultura - tem como objectivo principal contribuir para a divulgação do sobreiro e da cortiça enquanto património universal, cuja preservação, defesa e valorização constitui uma obrigação colectiva.

A obra aborda as origens, a distribuição geográfica, produção, regeneração e descorticação do sobreiro e a importância económica e social dos povoamentos subericolas, traça a história da cortiça e assinala os produtos concorrentes.



### Serra d'Ossa - Território e Ordenamento Florestal

Coordenador João Mourinha; ADMC - Associação de Desenvolvimento Montes Claros, 2001

A publicação, a que se pode chamar Estudo de Ordenamento, propõe alternativas ao tipo de florestação existente na Serra d'Ossa, protegendo com espécies indicadas os locais com maior risco de erosão, aproveitando os locais com maior potencial de estação para implementar espécies de alto valor de material lenhoso.

Tendo como base a análise minuciosa no terreno, nas vertentes biofísicas, ecológicas e humanas, este estudo estabelece um esboço de um plano de ordenamento florestal repartido em duas partes; uma que influencia minimamente a produção de celulose e foca a protecção; outra, pretende ordenar a área da Serra d'Ossa como um todo, em que se analisam os factores produtivos conjugados com todos os outros.

Sem ter a pretensão de ser um projecto definido no espaço e no tempo, este estudo apresenta-se como conjunto de análises e propostas que se julga possível melhorar, no sentido de trazer à luz discussões técnicas sobre a forma como está ocupada a Serra d'Ossa e o caminho a seguir para uma Serra mais plural e ordenada.

### www.portalflorestal.com



*Site* temático que visa a divulgação de informação sobre o sector florestal. Dedicado à difusão do conceito e, principalmente, da prática de uma gestão sustentável dos recursos florestais, o Portal Florestal pretende tornar acessível informação sobre a floresta e actividades dela dependentes ou relacionadas.

O *site* notifica acontecimentos relevantes para o sector, difunde informação técnica e de âmbito geral, e dá a conhecer diferentes opiniões de entidades e pessoas acerca de questões florestais.

É disponibilizada informação acerca de Ajudas (Apoios Públicos ao Sector Florestal e Regulação), Legislação, Notícias

(Portal Florestal, Comunicação Social e Arquivo), Artigos (Opinião, Artigos Técnicos, Investigação e Opinião do Leitor), Documentação, Eventos (Reuniões, Visitas e Actividades, Feiras, Exposições, Cursos, Mestrados e Acções de Formação), além de um Directório com Entidades Nacionais e Internacionais, páginas pessoais e *blogs*.

### www.globalforestwatch.org



O Global Forest Watch (GFW) é o exemplo de uma abordagem multilateral dos problemas ambientais. O *site* é da responsabilidade do World Resources Institute (WRI), que é um instituto independente de investigação, criado em 1982, com a missão de promover modos de vida que protejam o meio ambiente do globo terrestre. Trata-se de uma organização não lucrativa, que recebe apoio financeiro de fundações, instituições governamentais e intergovernamentais, organizações privadas e individuais.

Na página de abertura do *site* encontra um *spotlight* noticioso, com notícias relacionadas com a floresta ou com actividades integradas nestas temáticas.

Ao mesmo tempo, pode saber mais sobre o GFW, consultar mapas interactivos ou aceder a um explorador de dados, além de disponibilizar publicações *online* e um Media Center, com *press releases*.

### www.foret-mediterranneenne.org



Associação criada em 1978, a Forêt Méditerranéenne é um local de encontro e troca para todos os que se interessam pela floresta, e que conta com uma rede de cerca de 4.200 pessoas e organizações.

Esta associação tem como objectivo a difusão e partilha de informação, através das Manifestations (Encontros, Jornadas e viagens de estudo) e Publications (revistas e boletins).

O *site* disponibiliza informação acerca da associação, publicações e iniciativas. É possível conhecer uma curta história da Forêt Méditerranéenne, actividades, equipa, conselho de administração, historial de actividades, parceiros e contactos. Em Nos publications, pode-se aceder aos últimos números do boletim trimestral "La feuille et l'aiguille", e em Les événements, consultar a lista de actividades programadas.

Por fim, em La Forêt bouge, encontramos uma agenda alargada da floresta, com informação acerca de Colóquios e Encontros, Formações, Estágios, Exposições e Visitas.

Presunto do Pinhal Interior Sul

# Sabor mais requintado

Distingue-se do presunto convencional pelo seu rigoroso processo de cura, a uma temperatura e humidade baixas, durante largos meses. Um excelente produto, com baixo teor de sal e sabor único, o que lhe confere um excelente paladar.



Rigoroso controlo de qualidade e selecção das pernas do porco. Temperatura e humidade controladas durante todo o processo de cura do presunto, nunca inferior a seis meses. A receita - de sucesso - da Almeida & Filhos é fruto de décadas de experiência no comércio e transformação de carnes.

Uma empresa familiar criada em 1975 pelos avós de Rafael Almeida, gerente, juntamente com o irmão e o pai, que tem como actividade principal o fabrico e a comercialização de presunto e enchidos: chouriço, farinheira, linguiça, morcela, paio, painho, paio e marinho (uma das mais representativas iguarias da região, feita à base de carne de cabra, arroz e hortelã).

Situada na Beira Baixa, concelho de Proença-a-Nova, a Almeida & Filhos, procurando também aumentar a capacidade de resposta à crescente procura, tem realizado diversos investimentos de ampliação e reestruturação da sua unidade fabril, possuindo, neste momento, amplas e modernas infra-estruturas adequadas às maiores exigências, normas de qualidade e segurança.

O apoio do programa LEADER+, através da Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, incidiu no aumento do número de fumeiros e a aquisição de uma unidade secadora e uma cilpsadora dupla automática.

Apesar da modernização tecnológica, a filosofia da empresa tem sido respeitar os processos tradicionais de fabrico da região, com fortes tradições gastronómicas alicerçadas num fumeiro de reconhecida qualidade. "A nossa aposta é ter um presunto com uma excelente relação qualidade/preço", assegura o neto do fundador da Almeida & Filhos, referindo-se ao produto que requer um acompanhamento mais rigoroso, por técnicos especializados.

Os enchidos continuam a ser curados conforme o processo utilizado ao longo de gerações, em fumeiros alimentados com lenha de azinho, mas no caso do presunto, a aposta é outra...

## Temperatura e humidade controladas a rigor

Como explica Rafael Almeida, numa primeira fase, as pernas de porco, "sempre nacionais, provenientes de um matadouro da região", sublinha, são aparadas e massajadas com sal. A fase seguinte designa-se de salga: os presuntos repousam em sal marinho, por um período de 15 dias, em pilhas em câmara própria. O sal, conhecido desde a antiguidade pelas suas propriedades conservantes, confere aos presuntos uma durabilidade maior.

Após a salga, e a lavagem do sal superficial com água, os presuntos são submetidos a um período de descanso, nunca inferior a seis meses. Durante os meses de cura, os presuntos transitam de câmara em câmara frigorífica, sob um rigoroso controlo da temperatura e humidade (três vezes ao dia), perdendo, pouco a pouco, água, e começando a ganhar textura.

Posteriormente, os presuntos são expostos em salas arejadas até alcançarem as características de cor, aroma e textura desejadas. Chegado este momento, os presuntos - que terão perdido cerca de 30 por cento do seu peso durante todo o processo de cura -, são untados com um preparado à base de banha (de porco) e colorau, e encontram-se em condições de abandonar a fábrica.

De acordo com as preferências dos clientes, os presuntos saem inteiros (com uma singela "gravata" com o logotipo do fabricante) ou embalados em vácuo, em metades (com ou

sem osso), quartos (sem osso) ou fatias. Em qualquer dos casos, a rotulagem cumpre todos os requisitos da legislação em vigor, designadamente o selo HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points). Um importante sistema de segurança alimentar que, conforme refere Ana Menezes, engenheira zootécnica responsável pela implementação do mesmo na Almeida & Filhos desde 1999, permite, seguindo os parâmetros do próprio sistema, identificar e monitorizar perigos alimentares específicos durante todo o processo de fabrico.

A qualidade tem sido, garante Rafael Almeida, um dos factores que tem aberto as portas do mercado... Tendo há muito ultrapassado as fronteiras locais e regionais, os presuntos e os enchidos da Almeida & Filhos - à venda em várias grandes superfícies do nosso país e lojas especializadas - já conquistaram alguns países europeus (França e Luxemburgo) e Angola.

Atingindo no ano passado um volume de negócios de cerca de 600 mil euros, a Almeida & Filhos emprega actualmente 13 trabalhadores. Cada vez mais procurados, crescer, "em todos os sentidos", é, mais que um sonho, uma meta a alcançar diariamente... Por isso, a empresa tem igualmente investido no marketing, tendo recentemente apostado num novo logotipo, mais moderno, e numa página na Internet. Porque, diz Rafael Almeida, "não se pode parar no tempo".

Paula Matos dos Santos

**Almeida & Filhos**  
Crujeira  
6150-329 Proença-a-Nova  
Tel.: 274 671737  
E-mail: almeida-filhos@iol.pt  
www.almeida.com.pt

## Ficha Técnica

### Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 35 | Dezembro 2005

### Propriedade

INDE - Interooperação e Desenvolvimento, CRL

### Redacção

INDE  
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º  
1700-213 Lisboa  
Tel.: 21 843 58 70  
Fax: 21 843 58 71  
E-mail: pl@inde.pt

### Mensário

### Directora

Cristina Cavaco

### Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

### Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

### Colaboraram neste número

António José Martins Louro (CM Mação / Pinhal Maior), Duarte Nuno Ornelas Barreto (DRF), Luís Chaves (Minha Terra), Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Markus Hopfner (Min. Agr., Florestas, Ambiente e Gestão das Águas da Austria), Pedro Pacheco Marques (Fundação João Lopes Fernandes), Pinhal Maior, Pinus Verde, Rui Xavier (Urze), Sónia Borges (Adeliçor)

### Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

### Impressão

Diário do Minho  
Rua de Santa Margarida, n.º 4  
4710-306 Braga

### Tiragem

6.000 exemplares

### Depósito Legal

n.º 142 507/99

### Registo ICS

n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da  
Agricultura e  
Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

